

SESSÕES DO PLENÁRIO

37ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de junho de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO EDUARDO SALLES (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial com o objetivo de discutir a problemática e prejuízos causados pela parada da Fafen-Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia proposta por mim, deputado estadual Eduardo Salles.

Convido, neste momento, para compor a Mesa o Sr. Deputado Estadual, Rosemberg Pinto; o Sr. Superintendente de Atração e Desenvolvimento do Estado da Bahia, Paulo Guimarães, que neste ato representa o secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão; o Sr. Deputado Estadual, colega de Sergipe, Zezinho Sobral; o Sr. Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia de Sergipe, José Augusto Pereira de Carvalho; o Sr. presidente da Associação Comercial da Bahia, Adary Oliveira; o Sr. Presidente do Grupo de Líderes Empresariais-Lide e presidente eleito da Associação Comercial da Bahia, Mário Dantas; o Sr. Superintendente de Desenvolvimento Industrial da Fieb, Marcus Verhine, neste ato representando o nosso querido Alban, presidente da Fieb; o Sr. Superintendente Geral do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari-Cofic, Mauro Pereira; o Sr. Vice-Presidente da Fecomércio, Kelsor Fernandes; o Sr. Presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos-Sinpeq, Roberto Fiamenghi; a Sr.^a Diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Indústria Química-Abiquim, Marina Mattar; o Sr. Presidente da Carbonor, neste ato representando aqui na Mesa as demais empresas do Polo de Camaçari, Paulo Sérgio Cavalcanti Júnior e o Sr. Ex-Gerente Geral da Fafen, Eduardo Barreto.

Neste momento ouviremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(O deputado Rosemberg Lula Pinto assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Lula Pinto): Bom dia a todos e a todas, neste momento, eu queria passar a palavra ao meu querido amigo, deputado Eduardo Salles, proponente desta sessão, que vai fazer o seu pronunciamento de abertura, e registrar a presença da nossa querida deputada estadual Maria del Carmen.

O Sr. EDUARDO SALLES: Bom dia a todos e a todas, eu gostaria primeiramente de saudar a Mesa nas seguintes pessoas: meu colega, ex-funcionário ou funcionário aposentado da Fafen, meu amigo Rosemberg Pinto, conhecedor de toda essa problemática sobre a qual vamos conversar aqui, hoje; o Sr. Superintendente de

Atração e Desenvolvimento, o amigo Paulo Guimarães, que neste ato representa o vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, João Leão.

Quero agradecer a presença do meu colega, amigo, Zezinho Sobral, deputado estadual. Quando eu fui secretário de Agricultura do estado da Bahia, ele era secretário de Agricultura de Sergipe, e com um grande futuro político pela frente, nós que conhecemos todo o trabalho e a vida dele, sabemos disso. Ele fez questão de estar conosco, hoje, porque sabe bem que não é uma problemática só da Bahia, é uma problemática conjunta da Bahia e de Sergipe e, sem dúvida, esse papel de sintonia, de sinergia entre os dois estados, dará uma solução viável para esse grave problema que nós vamos discutir.

Quero cumprimentar e agradecer a presença do secretário de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia de Sergipe, José Augusto Pereira de Carvalho; do nosso querido Adary Oliveira, presidente da Associação Comercial da Bahia, também grande conhecedor desse tema, da questão do gás natural, do petróleo e de todos os temas relativos à indústria petroquímica; do nosso presidente eleito, aqui do lado, nosso querido Mário Dantas, presidente eleito da Associação Comercial da Bahia e presidente dos Líderes Empresariais-Lide, aqui na Bahia; do superintendente de Desenvolvimento Industrial da Fieb, Marcus Verhine; do superintendente-geral do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari-Cofic, Mauro Pereira e do vice-presidente da Fecomércio, amigo Kelsor Fernandes.

Gostaria de pedir uma cadeira a mais, por favor, para colocarmos o nosso deputado federal Daniel Almeida, aqui na Mesa, que é um grande defensor. Eu fazia questão da presença dele. Já cumprimentando, também, Maria del Carmen, você, que eu não citei na chegada, minha querida amiga deputada Maria del Carmen.

Queria cumprimentar o presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos-Sinpeq, Roberto Fiamenghi; a diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria Química-Abiquim, Marina Mattar; o presidente da Carbonor, que foi um dos idealizadores deste evento, Paulo Sérgio Cavalcanti Júnior, aqui representando também as demais empresas, junto com o Cofic e o ex-gerente-geral da Fafen, na época em que eu era secretário de Agricultura do Estado, também tive em diversas oportunidades a condição de estar com ele, um amplo conhecedor tanto das questões da Fafen como do gás natural, o amigo Eduardo Barreto.

(Lê) “Eu gostaria de agradecer, aqui, neste momento, novamente, a presença de todos vocês, nesta manhã, para debater esse tema tão importante, que é a parada da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia-Fafen. Uma decisão que está colocando em risco o emprego de muitas pessoas que trabalham em fábricas do Polo que dependem da Fafen, colocando em risco a soberania alimentar e, mais do que isso, colocando em risco vidas humanas que dependem do tratamento de hemodiálise.

Inicialmente prevista para 31 de outubro de 2018 e iniciada em 25 de março de 2019, a referida paralisação vem causando muitos transtornos ao ecossistema industrial do Polo. Entre as empresas afetadas estão Braskem, Carbonor, White Martins, Oxiten, Acrinor, Proquigel, Heringer, Fertipar, Ihara, Mosaic, Cibrafertil, Usiquímica e Adubos

Araguaia. Essas empresas terão que importar produtos que vinham sendo fornecidos por tubovias da Fafen, no conceito de polo integrado.

É importante destacar a razão de ser de um polo integrado: esse conceito pressupõe o intercâmbio de produtos entre empresas através de uma extensa rede de tubovias, facilitando acesso a matérias-primas, insumos, utilidades e criando uma cadeia de interdependência que garante competitividade para as empresas ali instaladas. A saída de uma dessas indústrias do sistema afeta diretamente as outras. Nós falávamos aqui que a Fafen é como se fosse um coração que pulsa, nós temos as veias e as artérias e esse coração parando de pulsar, conseqüentemente, para as demais indústrias que estão à sua jusante.

A Petrobras-Fafen anunciou que existe um processo de arrendamento em curso, que teria seu resultado declarado no dia 26 de junho, mas já se sabe que essa data foi adiada para julho. O fato é que os impactos econômicos e sociais no entorno da fábrica já são enormes! A pergunta que me faço é por que a Fafen teve que paralisar suas atividades para ser arrendada? Por que não arrendar a fábrica em funcionamento, de tal forma que não se causasse esse enorme prejuízo às empresas do Polo?

Essa decisão incoerente e irresponsável logo foi alvo de ações judiciais e o magistrado decidiu por suspender o processo de hibernação até que fossem criadas as condições necessárias ao funcionamento das empresas que se relacionavam com a Fafen. A Fafen então voltou a operar, mas logo em seguida conseguiu-se reverter a decisão supracitada e voltou a parar. Até que em uma outra reviravolta no processo, a Fafen foi novamente obrigada a voltar a produzir, mas não o fez, sob o argumento de que estaria realizando uma ‘parada para manutenção’ por questões de segurança.

A Fafen anunciou que essa parada duraria 45 dias. Muito estranho! Já que historicamente esse tipo de parada não ultrapassa 30 dias. Ao final dos 45 dias a empresa anunciou que iria prorrogar a parada por mais 45 dias! Um claro afronte à decisão judicial que determina que eles voltem a operar a fábrica. Enquanto isso, os clientes da Fafen vêm se virando como podem para tentar manter suas produções.

Como eu já disse, essa trapalhada da Petrobras coloca em risco empregos do Polo, a soberania alimentar brasileira, que cada vez mais depende de importação de fertilizantes para continuar plantando e, sobretudo, a vida humana de portadores de doença renal crônica em todo o país, pois a única fabricante de bicarbonato de sódio para uso em hemodiálise é a Carbonor, que depende do dióxido de carbono da Fafen para sua síntese química.

Interromper essa importante produção de bicarbonato de sódio para hemodiálise pode colocar em risco a vida de mais de 130 mil portadores de doença renal crônica em todo País, fato que é de conhecimento da Petrobras, mas que notadamente não vem sendo tratado com a devida importância.

Espera-se uma postura mais responsável da Petrobras, que ela compreenda suas responsabilidades e sua função social. Uma empresa que goza de muitos benefícios, inclusive o benefício do monopólio, justamente pelo fato de ser estatal, não pode tentar

se esquivar de responsabilidades tão evidentes como as que pretendemos discutir hoje aqui nesta Casa.”

Era isso, minha gente, queria finalizar as minhas palavras dizendo a vocês que todo esse esforço conjunto dos dois estados, Bahia e Sergipe, podem ter aqui um marco significativo nesta sessão especial, um marco significativo já que nós temos... Este final de semana, uma das notícias que mais apareceram nas redes sociais foi a descoberta importante de gás natural em Sergipe e Alagoas, que sem dúvida, em poucos anos trará um diferencial significativo, já que o Brasil, hoje, tem um dos gases naturais por unidade mais caros do mundo e nós não podemos aqui permitir que isso continue.

Com a presença do secretário de desenvolvimento de Sergipe há ações que poderemos conjuntamente discutir aqui nesta sessão especial e serem levada numa carta à presidência da Petrobras, sensibilizando a presidência da Petrobras, os nossos deputados federais, senadores, da importância que é termos a retomada das atividades da Fafen e a condição de competitividade do gás natural.

Não queremos depender, de forma alguma, de subsídio, queremos um valor que seja condizente com a competitividade internacional, e aqui, como engenheiro agrônomo, como ex-secretário de agricultura, eu digo para vocês que nós temos aqui um assunto estratégico nacional, porque a Bahia, mas o Brasil, principalmente, é considerado o celeiro de produção de alimentos para o mundo. Nos próximos anos, se o Brasil não crescer muito na produção de alimentos, vai faltar alimentos para o resto do mundo.

O polo de abertura de novos caminhos para a produção de alimentos está aqui no Brasil, está aqui na Bahia, no Matopiba e em diversas regiões. E não podemos depender somente da importação de adubos nitrogenados. Adubos nitrogenados são a base da produção de alimentos no Brasil e no mundo. Se temos uma crise internacional, vamos parar de produzir alimentos aqui no país? Nós não podemos estar à mercê de um problema, uma crise mundial que possa acontecer e ficar suspensa a produção de alimentos para o mundo.

Então, eu venho aqui dizer a vocês que esta sessão foi idealizada, não como motivo de falar de bandeiras partidárias, de um lado ou de outro, de forma alguma, nós estamos aqui à disposição para discutir um assunto iminente para qualquer sigla partidária do nosso país. Nós estamos aqui para discutir a sobrevivência da Bahia, de Sergipe, a sobrevivência da indústria química e da produção de alimentos no nosso país.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Lula Pinto): Vai retomar aqui os trabalhos, nosso querido Eduardo Salles.

(O deputado Eduardo Salles assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Gostaria, novamente, de agradecer a presença do deputado Daniel Almeida, deputado federal, um defensor incondicional

dessas causas, pessoalmente eu liguei para ele dizendo que a presença dele seria importante, claro, de todos os deputados federais, mandamos convite para todos os deputados federais e para todos os deputados estaduais. Quero agradecer novamente a presença da nossa querida deputada Maria del Carmen.

Eu queria, inicialmente, passar a palavra para o nosso... acho que é uma pessoa importante para contextualizar tudo isso, o ex-gerente geral da Fafen, Dr. Eduardo Barreto.

Eduardo, na verdade, nós queríamos, para não nos alongarmos muito, que cada um se retivesse a 5 minutos, se fosse possível, fazendo um breve relato, uma sintonia de todos. Acho que você é uma pessoa que pode nos dar uma ideia geral de tudo isso que estamos passando aqui.

O Sr. EDUARDO BARRETO: Deputado Eduardo Salles, inicialmente, meus parabéns pela feliz e importante iniciativa de fazer esta sessão especial, meu amigo deputado Rosemberg, ex-colega de trabalho da Fafen, Sr. Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe, Dr. José Augusto, em nome de quem saúdo todos os membros da Mesa e a plateia.

Fiquei honrado com o convite em participar desta importante sessão. Eu tive a oportunidade de ser gerente do projeto de implantação da Fafen-Sergipe, fui gerente geral da Fafen-Sergipe por cerca de 15 anos, fui gerente geral da Fafen-Bahia e da unidade integrada de negócio da Petrobras, que existiu durante certo período, integrando as duas fábricas, e me aposentei da Petrobras há 4 anos, na minha última posição, eu fui diretor técnico comercial da Bahiagás. Atualmente, estou prestando consultoria a empresas, inclusive para a Proquigel aqui presente, nesses estudos, que estão sendo efetuados.

Eu gostaria de fazer comentários, o deputado Eduardo Salles fez alguns comentários muito relevantes, sobre o que nós consideramos a impropriedade da decisão da Petrobras, de fazer a hibernação dessas unidades, antes de encontrar uma solução de sustentabilidade da produção dessas fábricas, independentemente de ser através de venda de ativo, de ser através de arrendamento, ou até se a Petrobras decidisse continuar com fertilizante dentro do *core business* do seu negócio, o que definitivamente não é. Respeitando essa decisão da Petrobras de não ter o fertilizante dentro do seu *core business* nós temos que ressaltar o que já foi colocado pelo deputado Eduardo e ex-secretário da Agricultura do Estado da Bahia, a importância estratégica da produção de fertilizantes neste país. O país importa, hoje, cerca de 80% das suas necessidades de fertilizantes nitrogenados, com a parada dessas duas fábricas o nível de importação chegaria muito perto dos 100%, deixando uma insegurança muito grande de suprimento do fertilizante tão essencial para o agronegócio brasileiro.

Por outro lado, a causa que a Petrobras sempre colocou nessa decisão tomada lá no início do ano passado... a partir de um trabalho conjunto da classe política do estado da Bahia, do estado de Sergipe e das classes empresariais dos dois estados, conseguiu se postergar por algum tempo e há cerca de 2, 3 meses é que as duas fábricas foram hibernadas. Essa decisão traz enormes prejuízos, não apenas para o setor de

fertilizantes, mas também para a indústria química, principalmente, do estado da Bahia, onde o Polo Industrial de Camaçari é um grande consumidor de amônia. A Proquigel é o maior consumidor de amônia industrial do país e tem as suas operações intimamente ligadas à utilização contínua desse insumo, a impossibilidade de importação de toda essa quantidade de amônia de cerca de 400 toneladas por dia, gera riscos bastante grandes de parada de suprimento.

O caso da Carbonor já foi aqui colocado pelo deputado Eduardo Salles. O consumo de CO₂ da Fafen como insumo para a produção de um produto, o bicarbonato de amônio, necessário para hemodiálise, coloca em risco a vida de milhares de pessoas, então, realmente essa decisão de suspensão permanente de atividades da Fafen é totalmente inconcebível. Fico feliz que iniciativas como esta da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, com o apoio total dos governos dos dois estados e da classe empresarial, continuem dando força para que seja encontrada a solução de sustentabilidade.

A questão do preço do gás natural colocada pela Petrobras como o fator de impedimento da continuidade, me parece de uma certa forma uma coisa em que é encontrada uma desculpa para fazer o que já se pensou em definitivo, por conta de ser a Petrobras que implanta a política de precificação do gás e esse gás foi majorado em cerca de 150% nos últimos anos para chegar ao patamar atual de preço de venda e preço de transferência. O Brasil tem um dos mais altos preços praticados de gás natural no mundo, o preço praticado hoje no Brasil está oscilando na faixa de US\$10,00 a US\$12,00 por milhão de BTU, quando o preço mundial tem oscilado em patamares muito inferiores, um valor médio de US\$7,00, US\$8,00 em certos países – onde há um grande incentivo à indústria química, como nos Estados Unidos e México, para onde investidores brasileiros estão se deslocando, gerando emprego lá fora por conta do alto preço do gás – o preço se situa em torno de US\$ 3,00 por milhão de BTU.

Então, é mister que sejam encontradas, efetivamente soluções e que esse processo licitatório atualmente em andamento pela Petrobras, com a participação de três empresas, duas brasileiras e uma estrangeira, chegue a bom termo, em que efetivamente ambas as fábricas sejam arrendadas e operadas de modo a voltarem a gerar o nível de emprego necessário, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de modo a gerarem o nível de arrecadação de impostos e a movimentação de toda a economia.

A notícia que o secretário José Augusto deu ao país nos últimos dias é muito importante nesse contexto de aumento significativo da produção esperada de gás natural nos próximos anos pela grande descoberta em Sergipe. Isso certamente será um fator que vai contribuir para o equacionamento de uma produção de fertilizantes com gás de baixo custo, essencial para a sua produção, e levando esse produto tão importante para os dois estados e para o país.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Muito obrigado, Eduardo. Sabíamos que essa sua sintonia, seu conhecimento era fundamental aqui nesta sessão. Muito obrigado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Agora eu queria passar a palavra ao meu colega deputado Rosemberg, que vai se ausentar e pediu para falar, um grande conhecedor. Durante esse final de semana, viajamos juntos com o vice-governador e fomos conversando sobre a Fafen, no avião. Exatamente, um conhecedor, aposentado da Fafen, e nós vamos ter agora a oportunidade de ouvi-lo aqui, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Bom dia, companheiros e companheiras, quero saudar aqui meu amigo Eduardo Salles, proponente desta sessão, juntamente com Daniel Almeida; todos os parlamentares; os representantes dos governos de Bahia e Sergipe, nas pessoas do Paulo Guimarães, que também foi lá da Fafen, e Zé Augusto, secretário de Desenvolvimento Econômico de Sergipe; o setor industrial na pessoa da Marina e todos os amigos e amigas aqui presentes. Com isso eu quero saudar todos para ganhar um pouco de tempo.

Eduardo, nós estamos vivendo nesta era uma missa encomendada. A Petrobras tomou uma decisão desde 1990 em sair da área de fertilizantes, e nós nos desfizemos de diversas unidades, desde a Ultrafertil, Extrafertil, Fosfertil, a unidade Xisto lá no Paraná, várias unidades nessa área de fertilizantes, e restou a Fafen Bahia e Sergipe, muito mais por um empecilho jurídico, porque nós ganhamos na época o Plano Collor e negociamos a incorporação da Nitrofertil à Petrobras em troca de os empregados receberem pelo Plano Collor, e com isso a Fafen ainda garantiu a sua sobrevivência durante esses anos.

Mas a Petrobras vem tomando uma medida extremamente equivocada, na minha opinião, nessa relação com o setor químico e petroquímico. Uma empresa do porte da Petrobras, uma empresa estatal de controle, inclusive, do gás natural e do petróleo, em qualquer país tem que estar afinada com o setor petroquímico. E a decisão recente do governo federal, desde Michel Temer e agora, é de sair da área da petroquímica.

Na minha opinião isso é extremamente ruim para o desenvolvimento da economia brasileira. Essa empresa não pode ser entendida como uma empresa de caráter eminentemente econômico, a Petrobras tem que ser encarada como uma empresa de desenvolvimento e ela tem que ajudar a fomentar o desenvolvimento em todos os sentidos, em todos os segmentos.

O que acontece? Agora a Petrobras chega a um determinado momento de sair totalmente da área de fertilizantes e hiberna, na minha opinião, de uma forma equivocada também, porque para arrendar era melhor ela em produção do que ela hibernada, porque isso reduz, inclusive, o custo, isso é um prejuízo para a Petrobras. Porém eu tenho uma preocupação muito grande também com as empresas que podem adquirir, Daniel, essa unidade, porque é uma unidade que vem sofrendo com a falta de modernização ao longo dos anos.

Então, quando eu digo que é missa encomendada é porque a Petrobras não priorizou as unidades Bahia e Sergipe do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, deixou as unidades extremamente atrasadas em relação a essa modernização. Com isso o custo operacional dessas unidades realmente é fora da realidade do ponto de vista de equipamentos modernos na área de fabricação de fertilizantes. E eu tenho uma preocupação muito grande como uma dessas empresas que vai arrendar a unidade, porque é muito difícil no arrendamento você fazer modernização com investimentos altíssimos, que a depender do tempo não têm capacidade de encontro de contas. Não é uma tarefa simples.

Eu aqui sinto falta do Sindicato dos Trabalhadores, porque, também, nós já fizemos em forma conjunta tanto o setor empresarial quanto o setor dos trabalhadores, fizemos já quatro sessões especiais nesta Casa, a quinta, agora e acho que realmente esgotou a capacidade, a possibilidade desse governo assumir a unidade de fertilizantes Bahia e Sergipe.

Você falou aqui, não sinto por que arrendar. O que eu entendi é que a Petrobras deveria manter a sua unidade funcionando como uma forma de garantir o funcionamento das diversas outras unidades que dependem da sua matéria prima. Se tem um custo, o Estado pode assumir um pouco isso para garantir o desenvolvimento dessas empresas no Polo Petroquímico gerando renda e gerando empregabilidade. E sem dúvida alguma, ela toma uma medida extremamente ruim para o setor industrial e para a geração de emprego e geração de renda no estado da Bahia e no estado de Sergipe.

Mas é lógico que essa foi um a opção da sociedade brasileira. A sociedade brasileira fez essa opção no momento em que escolheu esse presidente que está aí, não tinha outra decisão, porque ele já dizia antes. Desde o Michel Temer quando se tomou a decisão de aguardar até o dia 31 de outubro, na realidade, ele não estava aguardando uma análise técnica que nós, eu, Paulo Guimarães, diversos trabalhadores da Petrobras nos debruçamos, criamos grupos de trabalho para tentar buscar saída. Ele estava aguardando para saber qual era o resultado da eleição, se o resultado da eleição fosse no sentido da continuidade da visão de desmonte da companhia e foi o que aconteceu, ele tomou a decisão de hibernar. Nem respeitar uma decisão judicial, esse governo está respeitando. Então, essa foi a opção que a sociedade brasileira fez, lamentavelmente, quando escolheu esse caminho para governar o Brasil.

Essa é uma preocupação e quero encerrar aqui, Eduardo, parabenizar pela iniciativa e organização deste debate com o segmento empresarial para dizer que nós precisamos, realmente, estar atentos ao Brasil. É uma perplexidade que nós estamos vivendo a cada dia. Quem viu nesse final de semana, assistiu o episódio com o presidente do BNDES, tudo pode acontecer no dia seguinte. É algo inimaginável o que está acontecendo no Brasil e acho que nós não teremos sucesso do ponto de vista mais imediato em fazer com que o estado entenda.

Por último, a Petrobras tomou uma decisão no Conselho de Administração de ficar apenas na área de óleo. Por quê? Se ela sai na área de exploração de petróleo, na área terrestre, ela sai do Nordeste inteiro, exceto Sergipe.

Na Bahia, portanto, nós temos que ter a preocupação de a Petrobras sair da Bahia. Não existirão mais unidades da Petrobras na Bahia. Nós precisamos debater para além da Fafen, nós baianos e baianas, o setor industrial baiano e a Petrobras é importante do ponto de vista dessa relação com o Polo Petroquímico de Camaçari e com as empresas de terceira geração. Ela é fundamental e na hora que ela sai, não pensem vocês que a saída dela vai dar melhoria para o desenvolvimento da indústria. Vai haver um retrocesso, na minha opinião, aqui na Bahia, do ponto de vista da saída da Petrobras.

E uma decisão mais maluca ainda do governo federal é que a Petrobras está entendendo as unidades de negócios, Eduardo Barreto – e quando dizia lá atrás que transformar em unidades de negócios era exatamente construir uma perspectiva de venda de ativos –, ela está entendendo a Fafen como uma subsidiária. Ela está entendendo a refinaria como uma subsidiária – falava neste instante com Paulo Guimarães – e não é isso. Porque tem uma decisão do Supremo Tribunal Federal de que apenas as subsidiárias podem ser privatizadas por decisão interna, e ela está entendendo as refinarias como subsidiárias.

A privatização ou a venda dos ativos de oito refinarias no Brasil, na minha opinião, são mais um retrocesso para a indústria química e petroquímica no Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Muito obrigado, Rosemberg. Obrigado pela presença e obrigado pelas palavras.

Passo a palavra para Paulo Cavalcanti Júnior, presidente da Carbonor, representando, também, as empresas que estão sendo afetadas diretamente por esse grave problema.

O Sr. PAULO CAVALCANTI JÚNIOR: Bom dia a todos e a todas.

Primeiro, deputado, parabéns pela iniciativa de nos reunir aqui hoje, para discutir esse tema tão importante para o nosso estado.

A Carbonor é a maior produtora de bicarbonato de sódio do país e é a única que produz o bicarbonato de sódio para uso em hemodiálise. A gente está sendo muito afetado, muito prejudicado por essa parada da Fafen, porque nós consumimos o CO₂ da Petrobras. Esse CO₂ vem por uma tubovia de 3 quilômetros, que liga a Petrobras à nossa empresa.

A gente já consome esse produto há mais de 30 anos no Polo, e a Fafen decidiu hibernar a sua produção, nos deixando órfãos desse produto. Então, hoje, a gente tem que tentar trazer o produto líquido pelo modal rodoviário – que é mais de cinco vezes mais caro –, o que está colocando em risco a produção do bicarbonato de sódio para

hemodiálise. E vale destacar que a Carbonor é a única produtora de bicarbonato de sódio para o segmento de hemodiálise da América do Sul.

No Brasil, são mais de 130 mil portadores de doença renal crônica que dependem do bicarbonato de sódio da Carbonor para os seus tratamentos. E interromper essa importante produção, que é a produção da Carbonor, pode colocar em risco a vida desses pacientes.

Portanto, a Petrobras, que goza de tantos benefícios, como por exemplo o benefício do monopólio, não pode – e vou me apropriar do final do discurso do nosso deputado – se esquivar dessa responsabilidade, que é tão clara: a responsabilidade de criar uma estrutura que garanta o funcionamento das demais empresas que dependem dos produtos da Carbonor, no Polo.

A Carbonor está dentro de um conceito de polo integrado, o que significa que as empresas dependem umas das outras ali. Elas compram produtos por tubovia umas das outras e, portanto, quando uma dessas empresas vai se retirar desse sistema, ela precisa, no mínimo, criar condições para que as outras continuem operando.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer ao deputado Eduardo Salles e parabenizá-lo pela iniciativa.

Um bom dia a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Obrigado, Paulo.

Passo a palavra, agora, ao nosso presidente da Associação Comercial da Bahia, Adary Oliveira. Sem dúvida, vamos ser premiados com 5 minutos de um grande conhecedor desse tema.

O Sr. ADARY OLIVEIRA: Bom dia a todos. Deputado Eduardo Salles, parabéns pela iniciativa. A Bahia precisa desse ambiente, discutir seus problemas, como esse que nós estamos enfrentando. Eu quero saudar toda a Mesa. É uma oportunidade de reencontro com vários colegas, vários amigos que trabalham no setor. Quero saudar os presentes: empresários, funcionários da antiga Nitrofértil, da Fafen. Parece que os sindicalistas não vieram dessa vez. Mas é um ambiente muito saudável para a discussão dessas questões da Bahia.

Eu tenho dito que o que nós precisamos fazer em relação ao gás natural é definir uma política para gás natural na Bahia e no Brasil. Nós não temos uma política definida. Eu, quando era estudante – e a gente vinha do interior para aqui, para estudar, para conseguir uma profissão, e com uma profissão, conseguir um emprego melhor –decidi fazer Engenharia Química, porque existia uma perspectiva de uma petroquímica na Bahia, que era exatamente uma fábrica de ureia e amônia. Uma fábrica pequenininha, que eu visitei o barracão de obras, em 1963. Fui lá visitar para saber como isso estava se implantando.

Mas observem que o gás natural foi descoberto, na Bahia, na década de 50, e logo atraiu uma fábrica de cimentos, a Lone Star Corporation. Uma fábrica americana

que tinha uma indústria de cimento no Rio de Janeiro, em Guaxindiba, a Cimento Mauá, e resolveram fundar uma subsidiária aqui, a Cimento Aratu. Eles vieram atraídos pelo gás e montaram a fábrica por um processo de via úmida, já que tiravam o calcário da Baía de Todos os Santos, na proximidade da Ilha da Maré. E vinham muito bem, nós tínhamos um cimento de excelente qualidade aqui.

Então, no fim dos anos 60, a Petrobras resolveu cortar o gás da Cimento Aratu. E esse gás foi destinado para a Usiba e para a petroquímica, que era exatamente para a Fafen. Simplesmente cortaram, sem consultar ninguém. E nós tivemos que trabalhar na substituição dos maçaricos a gás por maçaricos a óleo, construir tanque de óleo, sistema de aquecimento, todos os dutos com a proteção para não perder calor. E foi simplesmente uma decisão interna dos executivos da Petrobras, aqui na Bahia.

Depois, descobriu-se mais gás. E o gás passou a ser utilizado, na Bahia, em todos os campos, não só como matéria-prima para geração de energia elétrica, não só como material para geração de calor, mas também como matéria-prima industrial. E aí surgiram várias fábricas usando gás como matéria-prima industrial. A Bahia passou a ser, no Brasil, o maior consumidor de gás dentro da matriz energética. Utilizado como combustível, como matéria-prima, e utilizado, inclusive, como matéria-prima do setor siderúrgico. Nós tínhamos aqui uma fábrica que usava gás natural como redutor siderúrgico, a Usiba.

E a Petrobras nunca se importou muito com o gás. Primeiro, quando ela fazia um poço, que descobria gás, ela tapava o poço e só se interessava pelo petróleo. Nunca privilegiou a descoberta do gás. Nós temos depoimentos disso, temos verificação do que aconteceu ao longo dos anos. E aí, foi colocando o preço do gás nas alturas. Eduardo falou aqui do preço do gás.

No interior da Bolívia, o gás é vendido a US\$ 0,88 por milhão de BTU. Aqui na Bahia, há três anos, eram US\$ 17 por milhão de BTU. Quer dizer, que incentivo a gente tinha?

As empresas que consumiam gás – em panificação, fabricação de biscoitos – passaram a ser obrigadas a pagar um gás altíssimo, um dos mais caros do país. Nós sempre pagamos mais pelo gás aqui, do que o paulista paga pelo gás vindo da Bolívia, pelo Gasbol. Ou seja, a falta total de uma política para a venda, para a definição do preço do gás.

Então, resultado: nós fechamos a Metanor, que usava o gás para produção de metanol; fechamos a Usiba...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que usava o gás siderúrgico. E agora estamos querendo fechar a Fafen, pelo mesmo motivo, pelo preço do gás. Quer dizer, a falta de uma política do preço do gás. E isso não pode continuar dessa forma. Isso tem de ser alterado daqui para frente.

Felizmente, estamos assistindo uma descoberta de gás em Sergipe. Quero saudar os representantes do governo de Sergipe, por estarem presentes aqui, pela importância da descoberta, que é coisa que já sabíamos há muito tempo. E não são só os 20 milhões

que anunciaram, é o dobro disso, com certeza. E isso pode mudar um pouco o que está acontecendo aqui.

E só uma última coisa: por que o preço do gás é tão alto na Bahia? Porque a refinaria de Mataripe é a única que não processa o óleo combustível até o final. Ela pega o óleo combustível e vende como combustível. Quando o petróleo estava a US\$ 120, US\$ 140, a exportação de óleo combustível era o maior volume, em dinheiro, da Bahia. Nós exportávamos mais do que a exportação do estado de Pernambuco, exportando apenas o óleo combustível. E agora ele está em quarto lugar. Foi substituído pela baixa do preço do óleo.

Ontem, o óleo estava a US\$ 62/barril, então, isso fez cair um pouco a participação do óleo. Mas a Petrobras coloca um preço alto do gás para forçar a compra do óleo combustível que ela tem em excesso. Então essa política precisa ser alterada, já que nós estamos falando na Casa Legislativa, já que nós estamos falando diante de elementos do governo, diante de pessoas da iniciativa privada, temos que juntar essas forças para definir, para forçar o governo a definir uma política para o preço do gás, não só na Bahia, mas em todo o Brasil.

A Abiquim está aqui presente e trabalha nisso. Acho que deve intensificar seu trabalho na direção de que isso aconteça.

Muito obrigado. Desculpe se excedi, Eduardo. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Muito obrigado, Adary. Obrigado pelas suas palavras. Acho que esclarecedoras palavras de quem conta a história de muito tempo atrás. E é importante a gente entender a história para poder entender o porquê das coisas que estão acontecendo hoje.

Queria, rapidamente, agradecer a presença de uma pessoa que sempre esteve presente em todos os momentos difíceis da Bahia, debatendo, participando das discussões e que não podia deixar de estar aqui, neste momento. Nosso amigo, conselheiro Manoel Castro, ex-deputado federal, ex-prefeito, ex-conselheiro. (Palmas) Uma pessoa que realmente engrandece o nome da Bahia. Sou suspeito, porque sou fã de bandeirinha dele, em todos os momentos.

Eu acompanho sua vida e digo a vocês que muito me orgulho. Hoje, estando deputado, me miro muito em pessoas como Dr. Manoel Castro na política, que são pessoas que passaram pela política e não mancharam suas vidas em nenhum momento. E isso que é bonito de ver hoje, numa política que passa por um momento de teste muito grande, a gente ter pessoas como essa, na Bahia. Muito obrigado pela presença, Dr. Manoel. Muito obrigado.

Queria também agradecer a presença de Hilton Barbosa, nosso querido presidente da Procia, amigo jovem, que está, junto com Paulinho e com tantos outros, assumindo o lugar dos pais nessa luta em defesa das indústrias. Importante demais essa juventude, vindo e pegando o bastão dos pais para tocar para frente.

Queria cumprimentar Carlos Gantois, nosso vice-presidente eleito da Associação Comercial da Bahia. Queria agradecer muito. Representa muito as indústrias, também, em São Paulo, junto com a Fiesp, com o Conselho Nacional das Indústrias.

Queria cumprimentar Marcos Cidreira, ex-deputado desta Casa, superintendente do Instituto Miguel Calmon e agora vice-presidente eleito da Associação Comercial da Bahia. Adorei ver os três, que estão ali. E Paulo Cavalcanti, também vice-presidente eleito da Associação Comercial da Bahia. Adary, a turma entrou com força. Já no primeiro evento estão aqui. Vamos bater palmas. (Palmas)

É muito bom porque eu fui presidente da Associação dos Produtores de Café da Bahia, depois de João Lopes – de quem eu já ia citar o nome –, que me passou o bastão, e de várias outras associações, Câmara Portuguesa e tudo mais, e eu sei, Adary, que a gente não faz nada sozinho. Eu, na verdade, sou diretor da Associação Comercial da Bahia há 15 anos, e poderia até estar trabalhando mais. Fui o único diretor da Associação Comercial da Bahia eleito deputado.

Recebi, na época, uma medalha porque fui o único na história, desde 1811, que fui eleito deputado, Dr. Manoel, estando diretor da Associação Comercial da Bahia. E muito me orgulha. Mas o que digo, Adary, é que, na verdade, a gente precisa estar com a associação forte, unida. E aí Mário Dantas assume, junto com essa turma, para poder fortalecer e a gente ter uma associação, que é a instituição mais antiga das Américas... A gente poder fortalecer aquela beleza que é a Associação Comercial da Bahia. Adary tem feito um trabalho maravilhoso ao longo desses anos. E eu tenho certeza de que Mário vai segurar o bastão e tocar para a frente.

Queria cumprimentar Wilson Andrade, que é diretor executivo da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal, aqui da Bahia, mas é também presidente eleito do conselho superior da Associação Comercial da Bahia. O amigo Wilson, que está em todos os cantos, roda o mundo inteiro, inclusive já viajamos para muitas partes do mundo, com ele me dando aulas aí nesse caminho.

Cumprimentar João Lopes Araújo que – volto a dizer – foi quem me passou o bastão da Associação dos Produtores de Café da Bahia; Carlos Raimundo de Andrade Pinto, diretor-presidente da PQA; Jorge Sandi e Marcos Silva, que estão representando o nosso querido Francisco Miranda, da Desenhahia; Maurício Pedrão, da Fieb, que veio representando o Alban; Mário Dias, relações institucionais da Braskem; Leonardo, representando a CDL; Antônio Luiz Camandaroba, representando a ALCN.

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Enfim, agora passo a palavra para a Sr.^a Marina Mattar, diretora da Abiquim, já agradecendo por ter vindo. Chegou de viagem, veio aqui só para participar desse nosso evento. (Palmas)

A Sr.^a MARINA MATTAR: Bom dia a todos.

Primeiro, gostaria de agradecer ao deputado Eduardo Salles pelo convite. É um prazer estar aqui na Bahia. Sempre é um grande prazer estar aqui na Bahia. Também cumprimentar o deputado Daniel Almeida, que é um grande parceiro nosso no

Congresso Nacional, coordena a Frente Parlamentar da Química, e sempre foi muito atuante defendendo a indústria química, que é tão importante para a Bahia, para a geração de empregos na Bahia. Também gostaria de cumprimentar o Mauro, nosso colega do Cofic. Sempre estamos juntos nesses esforços para garantir a competitividade na indústria; e o Paulo, da Carbonor, que é nosso conselheiro na Abiquim e coordenador da comissão de relações governamentais. E quero cumprimentar todos os parlamentares e todos os presentes.

A indústria química do Brasil é a sexta maior do mundo. Ela tem um faturamento de quase US\$ 130 bilhões por ano e gera dois milhões de empregos, diretos e indiretos, com uma representação do PIB de 2,5%, sendo que 10% do PIB industrial é da indústria química. Só aqui, no estado da Bahia, a indústria química representa 20% do PIB. Então, é um estado super importante para o setor. A gente tem acompanhado com grande preocupação o fechamento da Fafen, tanto aqui quanto em Sergipe.

A gente participou da audiência pública no Congresso, que foi liderada pelo deputado Daniel Almeida, no ano passado. E a preocupação vai além da cadeia de fertilizantes. Claro que a Fafen é muito importante para a cadeia de fertilizantes, a gente é um país super forte em agro e é inaceitável que a gente importe tanto fertilizante. Hoje, o setor químico tem o maior déficit na balança comercial. No setor industrial, é o maior déficit na balança comercial. A gente importa muito mais do que exporta.

A gente estava com um déficit, no ano passado, de quase US\$ 30 bilhões. Desses quase US\$ 30 bilhões, US\$ 7,5 bilhões são de déficit de fertilizantes. Então, a gente importa muito fertilizante. E, mesmo com todo potencial que a gente tem aqui, no Brasil, para ter essa matéria-prima e ter a indústria de fertilizantes mais forte no país, a gente tem a notícia do fechamento da Fafen.

Então, além disso, além de toda essa cadeia, tem toda a importância dos produtos que são da Fafen para a indústria química. Muitos dos seus produtos são utilizados como matéria-prima para a produção do setor químico. Então, é importantíssimo para o Polo Petroquímico de Camaçari. E isso impacta diretamente em setores que são essenciais para o desenvolvimento do país. Desde Saúde, como o exemplo da Carbonor, que é um exemplo, também, de sustentabilidade, porque usa o CO₂ da Fafen para a produção de um produto tão importante para a saúde humana; a construção civil; agrícola; alimentícia. Também para o defensivo agrícola, a gente utiliza os produtos da Fafen. Num país que é forte em agro, a gente fechar uma planta, deixar de ter fertilizante competitivo, defensivo agrícola competitivo, num país que a gente... É inacreditável, não é nem inaceitável, é inacreditável. E, também, são utilizados para tratamento de água, para higiene, limpeza, mineração, enfim, para diversos setores que são essenciais para o desenvolvimento de um país.

Então, o fechamento da Fafen não só gera prejuízos para o setor químico, para a indústria química, mas para todos esses setores essenciais e para os trabalhadores, porque tem um desemprego enorme. A Abiquim estima que a cada 100 desempregados que eram empregados diretamente pela Fafen, sejam gerados mais quatro novos desempregados de emprego indireto. Então, a cada um, quatro novos são gerados. É

um impacto muito grande, não só para os funcionários das Fafens, mas também para todos os fornecedores.

E, além disso, também tem a questão da arrecadação de impostos. A Abiquim estima que as Fafens de Sergipe e Bahia gerem US\$ 1,6 bilhão de impostos federais e estaduais. Num momento em que a gente está numa crise tão grande, com tantos desempregados, perder tudo isso de investimento, de emprego, de geração e pagamento de impostos, sem contar a redução do tecido industrial... Como o setor químico está na base de, praticamente, todos os outros setores industriais – a gente chama até de indústria das indústrias –, acaba impactando em diversos outros segmentos.

No ano passado, em uma audiência pública organizada pelo deputado Daniel Almeida, me lembro que o presidente da Petrobras, na época, Pedro Parente, comentou que o motivo do fechamento da Fafen era o alto custo do gás. O que é difícil de entender, porque quem produz o gás é a própria Petrobras. Então, para a gente ficou difícil de entender.

Sem contar que o gás do pré-sal é um gás associado. Então, até mesmo a gente pode dizer que o custo para extrair o gás é um custo zero, porque quando se extrai o petróleo, ele já vem com o gás, você usando o gás ou não. Não tem como entender por que uma Fafen está sendo fechada pelo alto custo do gás que a própria Petrobras produz.

Sem contar que o fechamento das Fafens é um contrassenso ao que está acontecendo, porque hoje o Brasil se torna autossuficiente em produção. A produção do gás vai triplicar e nos próximos anos a gente vai ser autossuficiente em gás natural. E, ao mesmo tempo, a gente está fechando duas fábricas tão importantes para o país.

Além disso, temos o gás mais caro do mundo, como já foi dito aqui. Nosso gás, no Brasil, custa US\$ 12 por milhão de BTU, enquanto nos Estados Unidos custa de US\$ 3 a US\$ 4 por milhão de BTU e na Europa, que nem tem produção de gás, US\$ 8 por milhão de BTU. Ou seja, a gente produz mais caro do que na Europa. Então, o que a gente sempre defende é que não tem um país rico sem uma indústria química forte. Se vocês virem o ranking dos países mais ricos, todos têm a indústria química forte e o ranking das indústrias mais fortes é dos países mais ricos.

E temos um grande potencial. O Brasil tem essa vocação natural para ter uma indústria química forte. Com o pré-sal, vamos ficar entre os dez maiores produtores de petróleo e vamos triplicar a produção de gás. Temos a maior biodiversidade do mundo, somos ricos em minerais, então, temos um grande potencial para ter uma indústria forte no Brasil. E agora, essa descoberta de Sergipe e de Alagoas é mais um grande exemplo da grande riqueza que temos aqui, e que temos que utilizar.

No ano passado, a Frente Parlamentar da Química, com a participação do deputado Daniel Almeida, conseguiu incluir numa medida provisória do governo federal um artigo que garante que sejam realizados leilões específicos para utilizar o óleo e o gás da União, do pré-sal, para a indústria brasileira. Ou seja, a primeira vez que a União tem petróleo e gás do pré-sal. A primeira vez, porque a gente sempre dependeu da Petrobras. E com essa emenda, que foi incluída na medida provisória, a

gente garante realizações de leilões específicos para utilizar para a indústria, ao invés de, simplesmente, exportar o petróleo e o gás.

Então, o que a gente tem que fazer é isso, é continuar. Tem a lei do gás, de 2009, que também previa a questão regulamentar, essa questão do mercado de gás, que até hoje não foi regulamentada. Desde 2009, a lei foi aprovada e até hoje não foi regulamentada. No ano passado, a Abiquim ficou muito tempo dentro do governo federal discutindo o programa Gás Para Crescer, para viabilizar a matéria-prima do gás para a indústria, mas esse projeto também nunca foi para frente. O Gás Para Crescer chegou ao Congresso sem o pleito do setor químico do gás como matéria-prima.

E agora, a gente tem uma grande expectativa com esse novo mercado do gás que o governo federal está desenvolvendo. A Frente Parlamentar da Química está discutindo muito isso, no âmbito federal. Espero que a gente consiga, finalmente, viabilizar a utilização desse gás para a indústria. E essa notícia da Fafen, realmente, vai contra tudo o que tem sido discutido. O governo está com a expectativa de reduzir para 50% o preço do gás e, ao mesmo tempo, tem duas plantas tão importantes para o Brasil que estão sendo fechadas. Não faz sentido nenhum.

Então, o que a Abiquim tem sempre pleiteado e algumas medidas, estas que eu vou falar agora – que já estão acontecendo há muito tempo na Europa e a gente está super atrasado nisso também –, são: impedir a reinjeção do gás, quando há oportunidade de colocá-lo no mercado; compartilhar a infraestrutura de dutos; independência no transporte do gás, em relação às empresas produtoras; criação efetiva de um mercado livre de gás. São medidas básicas para garantir a competitividade, num país que será cada vez mais rico no gás natural.

Realmente, espero que a gente consiga manter essas fábricas, sendo pela Petrobras ou por outra indústria. Mas que eles consigam manter a disponibilidade dessa matéria-prima para a nossa indústria, e garantir todo emprego e investimento que foi realizado aqui no estado.

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Muito obrigado pela aula. Eu dizia, aqui, ao deputado Daniel sobre sua capacidade. Parabéns, Marina! Muito esclarecedora a sua fala.

Passo, agora, a palavra aos nossos convidados e parceiros sergipanos, que têm um papel fundamental, porque nada se faz... a Bahia não vai conseguir fazer nada se estiver sozinha, e Sergipe não vai conseguir fazer nada se estiver sozinho.

Quero passar a palavra ao meu colega de Sergipe, deputado Zezinho Sobral. Agradecendo pela sua vinda e pela disponibilidade de estar presente aqui.

Em todo momento, Zezinho, que tiver qualquer ação dessa em Sergipe, pode contar conosco, na reciprocidade de estarmos juntos nessa caminhada. Zezinho Sobral, deputado estadual de Sergipe e ex-secretário de Agricultura.

O Sr. ZEZINHO SOBRAL: Bom dia a todos e a todas. Agradeço muito ao deputado Eduardo Salles a oportunidade de estar mais uma vez aqui, ao seu lado. Fomos colegas secretários, foi muito exitosa a nossa parceria e tenho certeza de que será também neste momento.

Quero dar os parabéns à Bahia, por ter um deputado tão dedicado como esse. Inquieto, tanto quanto eu, que viaja para os interiores, que não para um segundo. Eu não vejo um deputado que viaje tanto. Acho que nós dois batemos recorde em viagens. Também gosto muito de estar próximo do interior do nosso estado. A Bahia é bem maior do que isso. Sei da sua capacidade de articular, de influenciar e de mobilizar uma ação como esta.

Quero saudar, em seu nome, todos os deputados presentes na Casa. Saudar também o Daniel Almeida, que é o deputado federal que lidera a bancada da Bahia no Congresso Nacional, o que é muito importante para nós, uma presença qualificadíssima nesse fórum de debate.

Quero dizer a todos os senhores e senhoras presentes que é uma honra muito grande da minha parte estar aqui, neste momento. Até porque, dos cinco filhos, os três primeiros nasceram aqui na Bahia, são soteropolitanos. Nasceram enquanto eu fazia faculdade de Agronomia, em Cruz das Almas. Sou agradecido a este estado maravilhoso, que também considero meu.

Anotei cinco pontos para ser bastante objetivo e breve. Primeiro, é a questão do Brasil como exportador de alimentos. É o maior exportador de proteína animal do mundo. A balança comercial do nosso país é produtiva, tendo em vista a venda do agronegócio, da agricultura familiar e da agropecuária. O Brasil é produtivo, porque tem produtos agrícolas e alimenta o mundo como um todo.

O segundo produto mais importante, depois da soja – e o único que se destaca –, é o petróleo. Porque, no contrassenso da Petrobras, a gente passou a exportar óleo bruto e, também, a comprar o produto refinado, ao invés de refiná-lo aqui, no nosso país.

Então, a balança comercial é uma questão importante. A estratégia, como disse o nosso diretor da Fafen, de produzir pelo menos 15% a 20% do fertilizante hidrogenado no Brasil é muito importante. Nós iremos produzir nada. Ficaremos absolutamente a mercê do mercado internacional por uma decisão equivocada da Petrobras, a meu ver.

E aí, eu falo do segundo ponto. Estive no Rio de Janeiro, ao lado do governador do estado de Sergipe, Belivaldo, ao lado do deputado Laercio Oliveira, colega do senhor lá em Brasília, da bancada sergipana. O secretário José Augusto estava comigo e conversamos com o Sr. Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, que disse: “Por decisão do conselho de acionistas, a Petrobras sairá do mercado de fertilizantes”. Mas saiu de forma abrupta, sem nenhum preparativo, sem observar a condição do Brasil e, principalmente, a condição de empresa pública detentora do monopólio nacional de petróleo e gás.

Então, isso foi uma absoluta inconsequência. E por quê? Por uma decisão do conselho de acionistas. E aqui faço a minha observação. Dentre as coisas importantes

que o secretário José Augusto já me falou, reputo esta como a mais importante. Ele se dirigiu ao presidente da Petrobras e disse: “Sr. Presidente, o maior acionista da Petrobras é o povo brasileiro, e não há conselho de acionistas que possa contrariar esse interesse”. E o fechamento das duas fábricas é contrário aos interesses do povo brasileiro e, acima de tudo, do povo nordestino.

E assim, já passo para o terceiro ponto, quando falo da Fafen-Bahia, a Fafen aqui de Salvador. Ela tem duas questões absolutamente importantes. A primeira delas, os senhores já falaram, é a produção de um produto essencial para a hemodiálise no nosso país, que tem 130 mil pessoas atendidas. Ficar mais caro, vai onerar os custos da saúde, veja lá se não houver desassistência ao renal crônico, que precisa fazer a hemodiálise no nosso país. Isso é uma absoluta inconsequência. Não estamos falando de duas nem três – ainda que fosse uma única pessoa –, mas são 130 mil brasileiros que correrão risco por uma decisão inconsequente dessa empresa brasileira, a Petrobras.

E a segunda questão, eu disse há pouco que o Brasil é o maior exportador de proteína animal. Nós, do Nordeste, temos na ureia pecuária, que é produzida somente aqui na Bahia, uma solução para a seca. Porque nós convivemos com a seca. Aliás, o Nordeste brasileiro mais do que convive, produz com a seca. A seca passou a integrar a nossa realidade. E a bacia leiteira do estado de Sergipe – Santa Rosa do Ermírio, Poço Redondo, onde estive na semana passada –, o local mais seco do estado, que convive com a seca, utiliza a ureia pecuária como fonte de conversão para sustentar o seu rebanho, para aumentar a sua produção. E nós vamos interromper, também, a fabricação de ureia pecuária aqui, com a paralisação da Fafen. Esse é mais um fato inexplicável.

E agora parto para o quarto ponto, deputado Daniel e deputado Eduardo Salles. Quando eu vinha conversando com José Augusto, nosso secretário, falamos que temos em Sergipe uma nova descoberta, fizemos até um panfletozinho bonito, e Eduardo disse: “Esse povo andou ligeiro. Noticiou ontem e hoje já tem um seminário”. Não, a gente já sabia disso há alguns anos. Apenas foi noticiado nacionalmente, e, por conta do valor econômico, deu a dimensão real, porque a Petrobras escondia a quantidade de petróleo e gás que tem no nosso mar e no nosso solo.

Temos novas áreas descobertas e não exploradas em Sergipe e na Bahia. A Petrobras parou de investir, por conta de uma política adotada no governo Temer, e passou simplesmente a comercializar, vender óleo, comprar combustível, para poder dar saldo positivo e distribuir lucro para quem interessa. Mas não para o povo brasileiro. Essa é a realidade.

Mas nós temos dois pontos importantíssimos nesse momento. Estão relacionados a tributos e custo do transporte do gás. Isso é bom. Isso é importante agora e será importante daqui a cinco, dez, vinte anos, no futuro. E eu vou dizer aos senhores quais são.

Eu conversava há pouco com Eduardo e com o deputado Daniel, com os dois deputados. Em Sergipe, está construída e vai entrar em operação, em janeiro do próximo ano, a mais moderna e a maior termoelétrica da América Latina, incluindo o

México. E ela está comprando gás liquefeito que vem do Catar para ser regaseificado. Ela vai consumir 14 milhões, mas o potencial de uso é de 20 milhões de metros cúbicos/dia de transformação. A Fafen utiliza de 1,5 milhão a 2 milhões. Então a gente pode utilizar o excedente desse gás e transportá-lo para a Bahia, para alimentar a Fafen daqui, para alimentar a Fafen de Sergipe e ainda sobram uns 3 milhões de metros cúbicos, com certeza, a 60% do preço praticado pela Petrobras, que, em dois anos, aumentou o preço de combustíveis de gás em mais de 100%. Então é uma questão viável.

Quais são os dois pontos objetivos que nós viemos tratar hoje e que acho que os dois governadores precisam conversar, acho que as bancadas precisam se decidir – e as bancadas dos nossos estados pesam, Bahia muito mais do que Sergipe –, porque é um momento estratégico e importante para o Brasil? É um incentivo fiscal. Não vou dizer para reduzir em 100%, mas temos que incentivar o gás destinado à produção de fertilizantes. Se nós não cobramos ICMS de fertilizante, também deveríamos não cobrar, ou incentivar, ou reduzir, de forma equânime, do gás que é utilizado para produzir fertilizantes. Isso por conta da estratégia do Brasil como celeiro do mundo, como maior exportador e como resultado da balança comercial. Esse é um ponto.

E o segundo ponto: entrando esse gás liquefeito por Sergipe, com o terminal de regaseificação que já existe, ou pela Bahia – o porto de Salvador também tem condições de receber esse fertilizante –, ele vai transitar com um custo em torno de 13%. Eu acho que os dois governos, pelo consumo médio, poderiam partilhar os custos desses 13% – em tese, 7% para cada estado – e a gente teria um incentivo real, concreto e significativo no gás que vai trabalhar e vai ser usado para produção de fertilizante.

Acho que esse é um ponto importante. E por que esse ponto é importante? Porque essa produção de gás de que a gente fala virá daqui a 4 anos, 5 anos, e vai atingir seu pico, talvez, em 10 ou 12 anos. Então, nesses 4 anos que faltam, a Fafen não pode fechar nem um dia, ela não pode ficar parada em nenhum momento, ela tem que trabalhar até lá. E esse gás que vem, com certeza, vai ser uma pressão no preço do gás que vamos ter aqui. Então, ela vai pressionar para que o gás que seja explorado aqui. Porque não há motivo para pegar um gás no Catar, colocar sob pressão, transformar em líquido, colocar num navio, atravessar um oceano, vir para aqui regaseificar e ainda assim ele ser 60% do preço que a Petrobras cobra para tirar do nosso solo e entregar. Está errado! Essa matemática não fecha. Essa conta está absolutamente equivocada. É uma política de preços inconsequente, que foi empregada e onerosa ao povo brasileiro e principalmente ao cidadão da Bahia e do estado de Sergipe.

Então, entendo que essa ação objetiva, concreta e que pode ser implementada neste momento trará benefícios importantes, já a partir do próximo ano, na condução e na ampliação das fábricas – e agora finalizo a fala para seguir o tempo. Por quê? Estamos lá com uma missão. Três empresas participaram e se qualificaram na Petrobras para arrendarem as duas Fafens. Uma delas é a maior empresa russa na produção de fertilizantes, porque na Rússia se produz muito gás natural. E o que a Rússia faz? No inverno, vende gás para aquecer a Europa rica, porque os europeus pagam melhor pelo gás. E no verão, que esse gás ficaria sem uso ou seria reinjetado, por exemplo, eles

utilizam para produzir fertilizantes, então eles estão interessados em produzir. E as plantas deles, lá, na Rússia, são muito parecidas com as nossas, da mesma época, do mesmo tempo, como eles dizem, como diz o nosso secretário Zé Augusto, eles operam essas plantas com os pés nas costas, ou seja, tem habilidade, tem *expertise* e sabem fazer.

O maior de todos os absurdos, para eu encerrar minha fala: Piranema, aqui em Estância, Praia do Saco, que os senhores conhecem bem, na nossa Estrada do Coco, na nossa Linha Verde, deputado Eduardo Salles. Piranema produz 1,5 milhão de metros cúbicos/dia de gás. Sabe o que a Petrobras fez com todo esse gás produzido? Reinjetou no poço. Piranema, em Estância, produz 1,5 milhão, que dá para consumir, só a Fafen consumiria.

A Petrobras tirou o óleo e reinjetou, falei verdade, Zé? Todo o gás foi reinjetado e a Petrobras ainda quer fechar Piranema e disse: nós não vamos mexer mais com ela, então vamos lacrar, porque não está dando lucro no óleo e o gás foi reinjetado.

Então há uma condição equivocada na política do gás. A Petrobras não está se habilitando para isso e a gente precisa aproveitar esse momento econômico e essa chegada, esse terminal que está pronto de Aracaju, do Porto de Santo Amaro e aqui, também, o de Salvador podem ser utilizados. E os governos podem dar um incentivo para a gente reiniciar um novo processo, dar um *start*, começar a reabilitar as condições da Fafen.

Meus parabéns, meu caro amigo Eduardo, por essa iniciativa. É uma honra imensa estar falando aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, esse estado que tanto amo e que tenho 3 filhos nascidos daqui. É uma honra e uma alegria estar com vocês.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Vocês ainda vão ouvir falar muito nesse nome viu? Gravem bem: Zezinho Sobral, esse nome vocês ainda vão ouvir falar muito na política brasileira.

Zezinho, é importante, inclusive, tudo isso que você falou. Eu vou passar a palavra já, já ao Secretário de Desenvolvimento de Sergipe, mas eu acho que é importante também que a turma entenda que nós temos gasodutos, segundo informações, dois gasodutos: um está precisando de manutenção, na verdade, e um outro que leva o gás para o Nordeste inteiro. E que essa operação de transferência, através de dutos desse gás, seja através de navios parando no porto tanto de Sergipe como no porto aqui na Bahia nós teríamos o transporte facilitado disso aí.

Eu acho que essas ideias pautadas e que tenho certeza que o secretário José Augusto também vai colocar aqui são importantes, porque estamos com um representante do governo, Paulo Guimarães, ex-funcionário da Fafen, para que possa, saindo daqui, também levar essas ideias para discutirmos com o governador Rui Costa, dentro do governo, o que está sendo pautado .

Queria aproveitar e dizer que a nossa ideia é que a gente escreva uma carta Bahia – Sergipe, Zezinho, com o que foi pautado aqui por Marina, por você, por cada uma das pessoas, e que seja entregue à presidência da Petrobras, ao Presidente da República, à Câmara de Deputados e ao Senado Federal, através do nosso querido Daniel, para que ao sairmos daqui esta sessão não seja só uma sessão especial que a Bahia e Sergipe ouviram, mas que também o Brasil possa ouvir o sentimento de todos nós.

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Passo a palavra agora a José Augusto Carvalho, secretário de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia de Sergipe. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Desculpe. Por favor, Zé, eu queria convidar o nosso deputado federal, Nelson Pelegriño, para sentar, aqui, entre nós; agradecer a presença do nosso querido deputado estadual Aderbal Caldas, que acaba de chegar, nosso representante do Partido Progressista, o nosso grande mestre, conhecedor da política baiana.

Queria passar Zé a ouvir as suas palavras.

O Sr. JOSÉ AUGUSTO CARVALHO: Bom dia a todos. Eu cumprimento a todos na pessoa do Deputado Eduardo Salles. Eu vou ser breve nos cumprimentos para render o tempo.

Como bem disse o nosso Zezinho Sobral, ureia pecuária tem características distintas da ureia fertilizante. Ela não aguenta umidade, é ensacada para protegê-la da umidade, e não é um produto à venda no mundo. Por que? Porque existem dois fatores que justificam a produção desse aditivo. Eu preciso de seca, para que seja necessário o uso da ureia pecuária e preciso de um grande rebanho para consumi-la. Onde é que temos isso? No Brasil. Ou seja, procurar ureia pecuária para comprar é difícil, porque ninguém faz. Não é que seja impossível. É difícil. Não faz sentido produzir ureia pecuária mundo afora. O lugar de produzir ureia pecuária é no Brasil. E o fechamento das Fafens gerou esse transtorno para o nosso país.

Eu quero lembrar mais um detalhe: ao nosso Oeste, seja via porto de Salvador ou de Sergipe, está a região do Matopiba, nova fronteira agrícola do país. E aí vamos deixar isso abandonado? Cadê a ureia, cadê o fertilizante para incrementar a produção? É uma coisa completamente sem sentido fechar as duas únicas fábricas do país que produziam 20% do fertilizante, um número muito abaixo do necessário. O recomendável por segurança geopolítica seria 50% da produção nacional, e nós estamos em 20, passando para zero agora. Ou seja, é uma insanidade, não faz sentido nenhum.

Outro fator grave é a desmobilização das indústrias de base. Ou seja, a Fafen não era uma indústria, apenas de fertilizantes. Ela era parte integrante do Polo Industrial, ou seja, quando nós fechamos isso tal qual uma refinaria... Quem disse que ao vendermos nossas refinarias teremos refinarias disponíveis para refinar o nosso petróleo. Quem garante?

Vendemos as nossas e vamos refinar o nosso petróleo onde? Vou deixar essa questão para o nosso Congresso apreciar. Voltando agora para o mercado do gás, eu estava brincando com Zezinho, é uma coisa um pouco menos grave, não é? A Petrobras,

única produtora do gás, até este momento, distribuidora através da Gaspetro, participando de um sem-número de... Bahiagás, Sergás, etc, e é a única transportadora, através da TAG. Eu estava brincando... deve ser tipo Chico Buarque – faz a letra, a música e ele mesmo canta.

Então, qual é a gravidade disso? É pouca, ou seja, o gasoduto não vai ser fechado porque o governo federal decidiu que os gasodutos serão vendidos para terceiros. Eles continuarão existindo, e desde que os ativos sejam remunerados de forma devida eles continuarão existindo e vão ser operados por terceiros – não é muito grave. Com as refinarias, não é a mesma coisa. É grave fechar refinarias e é grave fechar indústrias.

Concluindo, a chegada de outros *players*, tipo a Exxon, que está fazendo grandes descobertas em áreas adjacentes dos campos de Sergipe, está um pouco mais atrasada do que a Petrobras, começou mais atrasada, começou depois, mas o que se espera, considerando a semelhança da geologia da região, ou seja, que existirão outros 20 milhões de metros cúbicos de gás/dia. Ou seja, o nosso país, felizmente, contará com esses primeiros 20 milhões oriundos dos campos da Petrobras e mais 20 oriundos dos campos da Exxon.

Temos que pensar muito bem o que é que nós vamos fazer com isso para não ficarmos surpresos. Vão construir plantas de liquefação e simplesmente vender essa matéria-prima para o exterior e não desenvolver nossas indústrias? É uma coisa que temos que pensar, e pensar rápido! A integração desses campos com as indústrias da Bahia via gasodutos próprios é fundamental, é uma coisa que tem que entrar na agenda dos dois governos. O custo de transporte na malha de transporte de gás de longa distância representa 13% do custo do gás. É um número muito grande, é muito significativo. E se nós fizermos um exercício rápido, 13% mais 18% de ICMS, nós já estamos em 31. Significa que podemos baixar, sem muito esforço, o custo do nosso gás para o consumo final em 31% – isso já na largada. Ou seja, desde que a gente faça uma integração Bahia e Sergipe através de gasodutos próprios, que não a malha de transporte oficial da República. Mas isso é uma agenda de médio prazo que sugiro que seja tratada entre os dois estados.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Quero agradecer ao secretário José Augusto pelas palavras e convidar, imediatamente, nosso deputado, coordenador da Bancada da Bahia na Câmara Federal, conhecedor extremo desse assunto, defensor incondicional, o nosso querido Daniel Almeida.

O Sr. DANIEL ALMEIDA: Obrigado, deputado Eduardo Salles, cumprimento V. Ex.^a, cumprimento a Assembleia Legislativa pela realização desta sessão especial, cumprimento o meu colega, deputado Nelson Pelegriño, que é presidente da Frente em Defesa da Petrobras, e tem papel relevante, fundamental, decisivo, não só em relação a este tema, mas sobre o desenvolvimento e a indústria do nosso país.

Quero dizer que fiquei muito feliz em reencontrar amigos e ver a Assembleia Legislativa debatendo um tema tão relevante com a densidade e a participação tão qualificada que vejo nesta Mesa. Ver aqui essa combinação de encontrar Adary, encontrar o Mauro, o João Lopes Araújo, o Manuel Castro, junto com o Paulo, jovem, o Hilton também jovem aqui, as gerações que se encontram para tratar de tema que diz respeito ao interesse dos estados, Zezinho, da Bahia, do Nordeste, defender interesses do Brasil. Esse é um debate que vem de longe: desenvolvimento, industrialização, construir caminhos próprios para o nosso país. E aqui tem essa contribuição rica de cada um de vocês.

Eu tenho uma afinidade com o tema e com as pessoas aqui. Eduardo, Paulinho Guimarães, a Marina, que está ali, deu uma grande contribuição, como tem feito lá na Frente Parlamentar, representando a Abiquim, junto com Fernando Figueiredo, que é um ativo defensor da luta para defender a indústria química. Eu me sinto muito perto desse tema e dessas pessoas, porque eu estava recordando ali sentado, que o meu primeiro dia de trabalho, como operário, no Polo Petroquímico de Camaçari, foi na Petrofertil, depois Nitrofertil e a 27 de abril de 1977, faz é tempo, não é Adary? Então ali a gente tem as raízes, e eu nunca deixei de ficar perto desse tema. Lá no Congresso nós temos acompanhado de perto e procurado apresentar a nossa contribuição.

E acho que aqui vai revelando nesse debate que nós temos muitos argumentos para impedir que as Fafens fechem. Argumentos técnicos, com absoluta densidade, argumentos econômicos, argumentos sociais, argumento de caráter estratégico para o desenvolvimento de qualquer país, os insumos que são produzidos ali, a necessidade desses insumos terem o controle social, econômico do mundo político em nosso país. Que país que tem a responsabilidade de produzir alimentos como nós temos e abre mão de produzir os insumos para dar conta do atendimento a essa demanda de medicamentos como a Carbonor? Por quê? O que pode justificar abrir mão disso?

Todos os argumentos estão do nosso lado, são a nosso favor. Numa situação de tanto desemprego, depois de caminharmos tanto como fizemos aqui com o papel central da Petrobras em cada uma das etapas desde a descoberta do petróleo, a instalação, Manoel Castro, da refinaria, a primeira do nosso país, que justificou a instalação do Polo Petroquímico, constituiu toda essa rede, essa cadeia produtiva e agora a gente fica nessa perplexidade sem saber qual o futuro desses investimentos, desse esforço construído.

Daí que acho que nós temos que inserir e compreender esse debate no contexto político. Nós temos que somar todas essas vozes, todas essas contribuições, toda essa energia para impedir que a política que está em curso em nosso país seja a política da desindustrialização. Nós estamos caminhando para uma desindustrialização. Setores estratégicos estão sendo desmontados.

Você tem que passar por modernização, atualização isso faz parte da vida, mas desconstruir, desmontar sem nada para pôr no lugar, sem oferecer alternativa, onde nós vamos chegar? Que ganhos nós podemos ter num processo como esse?

Por isso, que um encontro dessa dimensão tem grande significado. Eu vim aqui para dizer que me associo a todos esses argumentos que são sólidos, fortes, que esta carta possa sair e ter a maior dimensão possível não só na Bahia e em Sergipe, mas no Nordeste entre os governadores, nos ambientes de decisão política em Brasília. Nós queremos nos beneficiar disso para tratar do assunto lá na Frente Parlamentar. A Frente Parlamentar tem sido um espaço rico de debate, de construção, de força política, de energia para mudar o curso das coisas que estão sendo conduzidas para um caminho errado, que nós possamos tratar desse assunto e unificar o mais possível, porque eu acho que já tem um grau de unidade quase que total nas bancadas tanto da Bahia quanto de Sergipe.

Então, enquanto membro da Frente Parlamentar, enquanto coordenador da Bancada da Bahia no Congresso Nacional; enquanto conhecedor e militante da defesa da indústria nacional e do setor de gás, petróleo, do setor químico que é essencial, e que Nação, que sociedade se desenvolveu, sem proteger, sem valorizar, sem estimular esses setores.

E, nós, sabemos que isso não está apenas contido no interesse localizado de uma ou de outra região, isso é um problema geopolítico, é um problema da economia global.

Esses setores têm competição no mercado internacionalmente. O Brasil tem condições de se inserir aí, caminhou bastante para ter uma posição de competição adequada nesse ambiente. Paralisou no tempo e é preciso a gente recuperar o tempo perdido e preservar aquilo que já foi construído.

Portanto, Eduardo, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa, dizer que contem com a bancada da Bahia, contem com a Frente Parlamentar em defesa da indústria química e contem com a certeza de que nós não vamos permitir que esses investimentos sejam desmontados e que esta política que está em curso no país de desindustrialização possa permanecer. O papel, a voz do segmento produtivo é absolutamente indispensável.

Nós temos uma elite no setor produtivo no nosso país que precisa harmonizar ideias, objetivos, opiniões para se articular politicamente e resistir a esse processo que eu acho grave, de desmonte de coisas que construímos com tanto sacrifício, uma delas é a Petrobras. Não é possível imaginar que a Petrobras tenha apenas, como está anunciado, o objetivo de produzir petróleo e comercializar, que abandone tudo aquilo que foi feito até então para verticalizar uma cadeia produtiva que é tão rica, que é tão necessária e que o mundo inteiro está fazendo exatamente um caminho inverso, e que o Brasil vá na contramão daquilo que está acontecendo em outros países. Portanto, essas vozes são muito importantes.

Eu fico muito animado com uma sessão especial como esta e vamos juntos. O Brasil é nosso, a Bahia precisa desses investimentos e nós vamos defendê-los com toda a energia que for possível, junto com Sergipe, com o Nordeste. Estamos aqui combinando esses caminhos.

Obrigado pela oportunidade. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Obrigado, deputado Daniel Almeida, sabemos que a vinda, ainda mais numa semana curta como esta no Congresso, é difícil ter a presença do deputado federal aqui. Então, quero agradecer muito sua presença, você que representa e nos representa muito bem nesse setor e vai sair agora. Estou agradecendo, de qualquer forma, pelo momento em que esteve aqui durante a manhã inteira conosco.

Quero aproveitar e convidar, agora, nosso deputado federal, presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, nosso amigo Nelson Pelegrino, por favor. (Palmas)

O Sr. NELSON PELEGRINO: Bom dia a todos e a todas, quero cumprimentar a todos e todas da Mesa, me permitam, na pessoa do deputado Eduardo Salles, que teve essa iniciativa que eu considero muito importante.

Evidente que o deputado Eduardo Salles, que foi secretário estadual de Agricultura e, portanto, tem uma interface muito grande com esse setor, quando chama essa sessão ele quer dar um viés que acho correto, importante, sobre a importância que as plantas, tanto da Bahia quanto de Sergipe, Laranjeiras, tem um papel importante para a agricultura.

O Brasil é o país do agronegócio. Esse é o setor, hoje, mais dinâmico da economia capitalista brasileira, e um país que é o país do agronegócio não pode, de forma irresponsável, infelizmente, como está acontecendo neste Brasil, fazer a política que está fazendo em relação ao setor de fertilizante.

Nós temos duas grandes unidades, que é a de Sergipe e a da Bahia, temos mais duas que estavam em processo de construção, que praticamente foram interrompidas. E você vê, como foi dito aqui, a China, por exemplo, nesse momento tem 30 unidades em construção. E os russos, também.

Então, a primeira coisa que nos deixa preocupados é isso. Como é que o Brasil, que é o país do agronegócio, está simplesmente desmontando seu parque produtivo e ficando completamente refém da importação estrangeira, principalmente da China e da Rússia. É uma contradição que não tem tamanho.

É evidente que todos nós, e aqui eu vejo vários *players* que, desde o primeiro momento em que a Petrobras anunciou o fechamento, na verdade, usou uma figura eufêmica de hibernação das plantas de Sergipe e da Bahia, preocupou a todos nós. Todos nos envolvemos. Conversamos com o governador Rui Costa. Conversamos com o governador, na época, de Sergipe, Jackson Barreto, os dois governos estão empenhados. O Senador Jaques Wagner se empenhou, também. Tivemos algumas audiências em Brasília, aqui também discutimos. Paulo tem acompanhado esse assunto. O vice-Governador João Leão também tem se preocupado muito com essa questão.

E, no ano passado, quando houve o anúncio, ainda no governo de Michel Temer, por iniciativa comum das bancadas do Senado e da Câmara de Sergipe e da Bahia, nós convocamos o Pedro Parente, que era o presidente da Petrobras de então, e a partir de uma articulação forte das duas bancadas de Sergipe e da Bahia, juntamente com os dois governadores, o Pedro Parente recuou na disposição dele de iniciar o processo de hibernação a partir de 31 de julho.

E acordou, queria no primeiro momento jogar para agosto, mas depois de muita pressão, ele acordou que a hibernação aconteceria a partir do dia, mais ou menos, 31 de outubro. Por que 31 de outubro? Porque 31 de outubro já seria do conhecimento de todos quem seria o vencedor das eleições. E já se sabia qual a orientação do futuro governo em relação à Petrobras, em relação à Fafen.

Então, na época tivemos que aceitar que a hibernação fosse postergada para 31 de outubro, na esperança, de fato, que o resultado das eleições não viesse a trazer um governo que desse continuidade à política iniciada no governo Temer. E veio o dia 31 de outubro, todos nós sabemos qual o resultado da eleição, qual a orientação do governo eleito, e por pressão, também, ainda no governo Temer, das bancadas da Bahia e de Sergipe, conseguimos postergar até o final do ano a hibernação das duas plantas.

O novo governo veio com a disposição de iniciar o processo de hibernação das duas plantas. E, paralelo a isso, uma discussão para encontrar soluções, encontrar alternativas que evitassem o fechamento das duas unidades. Já no atual governo, veio a ideia de fazer um processo de concessão das duas unidades, uma espécie de licitação para as concessões. Para nós não era a melhor solução. Eu tenho defendido que a melhor solução era as Fafens continuarem sendo unidades da Petrobras. Integradas como unidades da Petrobras. Mas essa ideia de fazer um processo de concessão das duas plantas tinha dois elementos, para nós, importantes, dentro de uma correlação de forças, evidentemente, do atual governo: primeiro, que as unidades continuem sendo da Petrobras. A Petrobras não faria alienação das unidades. Portanto, a qualquer tempo, se houvesse uma mudança na política do gás, se houvesse uma mudança na orientação em relação a compensar e como conceber a Petrobras, poderia se fazer uma reversão e as unidades voltarem, de novo, a operar com a Petrobras no comando dessa operação.

E o segundo elemento, evidentemente que para nós não nos interessávamos, mas que não deixava de ser uma alternativa, era que aqueles arrendatários, se o arrendamento desse certo, poderia se prosseguir para uma outra solução até da venda das unidades para os arrendatários.

Então o primeiro momento nós estamos com a estratégia de impedir que as unidades sejam fechadas, porque elas são fundamentais. No caso da Fafen da Bahia, eu acho que os que me antecederam aqui, Adary já foi do Polo, já foi presidente do Cofic, Mauro também, sabem que a Fafen não é só importante para a produção de matéria-prima de fertilizantes. Tem toda uma cadeia produtiva no Polo Petroquímico, que é alimentada de subprodutos da Fafen. Então o fechamento dessa unidade vai criar um prejuízo enorme para outras unidades do Polo Petroquímico, que ou vão ter que importar esses insumos, ou vão ter que fechar. Porque são empresas multinacionais, algumas delas, e que estão dentro de estratégias mundiais. E nas estratégias mundiais a produção está condicionada a se é viável ou não, produzindo uma planta aqui ou produzindo uma planta no exterior. Esse é um problema.

No caso da Fafen de Sergipe, de Laranjeiras, tem um problema adicional que são as misturadoras, que estão em torno da Fafen, lá de Sergipe. E que com o anúncio da hibernação, já começa a se desmontar essas misturadoras. São aquelas que compram o

produto e fazem o processo de mistura e de industrialização. Então, sem dúvida nenhuma, um prejuízo grande para emprego e para as economias dos dois estados, inclusive de Sergipe. Porque o peso que a Fafen de Sergipe tem na economia de Sergipe é infinitamente maior que o peso que a Fafen tem aqui, inclusive em relação aos municípios, como Camaçari, Dias D'Ávila e municípios da região.

Mas eu estou fazendo esse histórico porque há um esforço dos dois governos, no sentido de evitar que as fábricas sejam fechadas. E se a solução, num primeiro momento, for o arrendamento, vamos procurar que o arrendamento seja a solução. É uma solução, na minha opinião, incompleta, não é a solução que eu defenderia. E aí, aqui eu estou, não só como parlamentar baiano, que está preocupado com as duas unidades, no caso da Bahia principalmente, que é o estado que represento no Congresso Nacional, com os empregos que elas geram, mas também como presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras.

No diálogo que nós tivemos com o ex-presidente da Petrobras, o Pedro Parente, ele colocou que não fazia parte do negócio da Petrobras o setor de fertilizante. E por isso essa era a desculpa de desativar e de hibernar as plantas. Eu tenho uma divergência profunda com o Sr. Pedro Parente e com o governo anterior e com o governo atual.

Para que existem empresas estatais? Para que existe uma Petrobras, um Banco do Brasil, uma Caixa Econômica, um BNDES, um Banco do Nordeste e uma Eletrobras? Essas empresas não existem por acaso, elas fazem parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico. Eu estava conversando com Zezinho ali e eu estive recentemente no Catar, participando de um encontro. E tive a oportunidade de conversar com o nosso embaixador, até porque queríamos entender um pouco como é esse processo lá da compra do gás. O governador Rui Costa me pediu que fizesse uma prospecção para ver se era viável. Até nessa estratégia de viabilizar as plantas daqui para comprar um gás mais barato no Catar.

E eu estava dizendo que o grande ativo do Catar é o gás. O Catar está ali no Golfo Pérsico e metade do gás é do Irã e a outra metade é do Catar. A grande riqueza de um país totalmente no deserto. Quer dizer, no deserto está nascendo uma flor. Um país que se desenvolve, e você vê que o Catar tem hoje um fundo soberano de 180 bilhões de dólares, e está investindo no mundo inteiro. Estão pegando a sua riqueza, que é a riqueza do seu gás e a partir dessa riqueza estão transformando a realidade do país, um país que tem 3 milhões de habitantes, 250 mil são cataris e o restante é todo estrangeiro. E eles estão construindo um país, uma nação com um fundo soberano de 180 bilhões de dólares. E o gás do Catar é do Catar, as empresas que o exploram são empresas do Catar.

Eu estava conversando com o diretor da BRF, encontrei com ele lá na embaixada, e ele disse: “Aqui, para a gente abrir qualquer empresa no Catar tem que dar 50% do negócio para os cataris.” Ele me disse: “Olha, aqui tem um sócio que nós temos aqui que recebe 90 mil dólares por mês para não fazer nada, fora lucros e dividendos.”

Então, para se ver como as nações que têm as suas riquezas não abrem mão delas, não entregam como estão sendo entregues nossas empresas, criminosamente, por esse governo e pelo governo anterior.

O pré-sal é o nosso passaporte para o futuro, é a maior descoberta de petróleo e gás do século XXI. Onde é que tem petróleo no mundo? Tem petróleo no Oriente Médio, tem petróleo na Rússia, tem petróleo na Venezuela, no Brasil e nos Estados Unidos, mas os Estados Unidos não produzem o petróleo suficiente para o que consome.

Então, só há dois tipos de *players* no mundo em relação ao setor de petróleo: aqueles que produzem e aqueles que são consumidores. E o Brasil entrou no seleto grupo de produtores e tem que pensar como produtor e tem que pensar a partir dos seus interesses. Esse é que é o problema, o Brasil não pensa como produtor, não age como produtor. E nós estamos destruindo a nossa principal empresa, que é a Petrobras.

No mundo inteiro, todas as grandes empresas – são poucas, Eduardo sabe muito bem, porque foi um dos quadros dessa empresa – ou são empresas nacionais ou são estatais, ou, em alguns casos são estatais e nacionais. Então, a Shell é uma grande multinacional inglesa, mas é uma empresa inglesa; a Exxon, a Chevron são empresas dos Estados Unidos, certo? E você tem empresas estatais na Noruega e em outros países, e nós temos a empresa estatal brasileira. Mas todas são grandes empresas verticalizadas, isso é que é o mais importante: do poço ao posto. Extraí-se o petróleo, refina, distribui e tem o posto de gasolina, que é a bandeira.

E esse governo, o que é que está fazendo? Está desmontando a Petrobras, fatiando a Petrobras. Quer vender as refinarias, inclusive a refinaria da Bahia, com prejuízo grande para a nossa economia. O CADE acaba de dizer que a Petrobras não pode ter monopólio, mas dá uma decisão que permite que uma empresa privada possa comprar a refinaria da Bahia e a refinaria de Pernambuco, que possa comprar a refinaria do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Então, o monopólio estatal que nós temos hoje vai passar a ser o monopólio privado, é uma coisa que não entra na nossa cabeça, se desmontando toda uma empresa verticalizada. O sucesso, a força, a musculatura de uma empresa de petróleo está na sua verticalização.

Então, está se cometendo um crime contra este país, um crime contra a economia deste país. Porque quando o pré-sal foi descoberto se avaliava que na cadeia de petróleo e gás nós poderíamos gerar direta e indiretamente 4 milhões de empregos neste país. E aqui eu sei que tem vários representantes do setor produtivo. E esses 4 milhões de empregos não seriam gerados, direta e indiretamente, por acaso, seria desenvolvendo a indústria brasileira com a política de conteúdo local, que estava desenvolvendo a indústria brasileira, que a obrigava a comprar 50% da indústria brasileira.

E, simplesmente, o governo Temer mudou a lei para poder diminuir a participação do conteúdo local, aprovou a medida provisória no governo passado, a chamada Medida Provisória de 1 trilhão, que permite que empresas estrangeiras que estão na exploração do pré-sal tenham a alíquota zero para a importação de equipamentos e serviços. Ou seja, em detrimento das empresas brasileiras, da produção

interna, nós estamos importando à alíquota zero, estimulando que países estrangeiros que produzem máquinas, equipamentos para o setor importem a zero, em vez de produzir internamente no Brasil.

É isso que está se fazendo com a economia brasileira. E acho que esse problema da Fafen é isso, é essa a visão.

Volto a perguntar: para que existe uma Petrobras? A Petrobras existe justamente para tratar de uma estratégia de desenvolvimento econômico. É o instrumento do estado para que ele possa fomentar, direcionar a economia.

Se nós somos o país do agronegócio, então, a Petrobras tinha que ter como estratégia, e o governo também, o desenvolvimento de todo um conjunto de plantas no sentido de produzir, dar autossuficiência nessa área para o nosso agronegócio não ficar refém não só da produção estrangeira como também dos preços da produção estrangeira. E gerando empregos, gerando atividades, gerando negócios, gerando desenvolvimento interno no país.

E é por isso que nós, inclusive, estamos na defesa da Petrobras lá, porque é um ativo estratégico para o desenvolvimento do país. Como são, sem dúvida nenhuma, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES, o Banco do Nordeste, a Eletrobrás. Porque o Brasil tem tudo para ser, realmente, um gigante, uma potência mundial, mas é preciso saber utilizar bem os seus ativos.

Então, nesse sentido, nós estamos colocando esse elemento como elemento central, certo? Neste momento, nós estamos buscando uma solução intermediária, que é o arrendamento da planta, para que não haja solução de continuidade do seu funcionamento. Estamos buscando alternativa com os dois governos no sentido de viabilizar, porque esse é o principal argumento da Petrobras, além do Sr. Pedro Parente ter dito que isso não faz parte do negócio da Petrobras. Nós discordamos dele, como discordamos do atual governo nesse sentido.

Mas um dos elementos fundamentais que foi colocado é o problema do preço do gás, que isso é que estava tornando o negócio não lucrativo, não rentável e por isso a Petrobras estaria saindo dele. Então, alternativas existem. E nós estamos buscando-as.

Portanto, queria parabenizar o deputado Eduardo Salles por sua iniciativa. Sei que a Assembleia está acompanhando esse negócio, como a Câmara Federal também está acompanhando. Nossa bancada federal, toda ela, os senadores, os deputados federais estão acompanhando o desenrolar desse desfecho.

Já estivemos, o senador Jaques Wagner, o senador Rogério Correia, eu e outros deputados, juntamente com os secretários de Estado dos dois estados, reunidos com o ministro das Minas e Energia, discutindo essa questão.

Estamos acompanhando, estamos procurando um caminho para evitar que as duas unidades fechem, que elas continuem produzindo, que elas continuem, efetivamente, cumprindo o seu papel econômico e social para, quem sabe, que no futuro a gente possa ter uma nova estratégia que, de fato, coloque como elemento central a produção interna do país, a nossa autossuficiência, que não nos deixe refém,

e que a gente possa utilizar unidades como essa para fazer o desenvolvimento econômico do nosso estado e do nosso país.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Agradecer demais, por suas palavras, a Nelson, que vem acompanhando esse assunto, como vocês viram, há longas datas. E, sem dúvida, tem um papel fundamental o que ele colocou aqui, que não é somente a questão da produção aqui, é uma questão geral porque estamos perdendo a possibilidade de ter, estrategicamente, a Petrobras atuando em pontos estratégicos da economia e, conseqüentemente, dando a estabilidade estratégica que nós precisamos para o Brasil.

Queria passar a palavra...

Convidar Vladson, Vladson Menezes, que é o diretor-executivo da FIEB, para que fique conosco aqui, na Mesa.

E queria passar a palavra a Mauro Pereira, superintendente da Cofic, para poder falar aqui um pouco.

Só faltam quatro pessoas, viu, gente. Fiquem tranquilos que nós estaremos finalizando a sessão daqui a pouco a sessão, mas acho que foi uma manhã de muito aprendizado para todos nós. Acho que a gente tem passado momentos diferenciados aqui, cada um com a sua visão e a pontuando aqui.

Por favor, Mauro, estamos à sua disposição.

O Sr. MAURO PEREIRA: Bem, cumprimento a Mesa e todos os presentes na pessoa do nosso deputado Eduardo Salles, agradecendo a ele pela oportunidade de o Cofic estar aqui presente como representante de mais de 90 empresas lá do Polo, sendo que na química, petroquímica, na cadeia de produção nós temos 21 empresas, hoje, ali instaladas.

É bom saber que a gente tem aqui, como foi dito por vários, pontos de convergência muito fortes, que daqui, sem dúvida alguma, podem sair propostas não só do estado da Bahia como propostas conjuntas com o estado irmão, Sergipe. E hoje com essa grande notícia que todos nós tivemos a oportunidade de conhecer, no final de semana, das reservas descobertas ali.

Mas existem coisas estranhas, muito estranhas acontecendo nesse caso da Fafen. Para vocês terem ideia... eu não vou entrar nas questões estratégicas, porque eu acho que todos já debateram, mas eu gostaria de apenas abordar duas questões aqui que a gente pudesse sair deste nosso encontro nesta sessão especial com duas questões... uma está sendo tratada, inclusive, com o Ministério Público; e a outra, claro e evidente, está na Justiça, está sendo conduzida... Dr. Roberto Fiamenghi deu uma saída, aqui, mas ele é o presidente do Sinpec.

Mas é interessante que na última reunião que tivemos com o Ministério Público nós tivemos a Petrobras afirmando que estranhava muito alguns clientes estarem

parando a produção já que eles detêm matéria prima suficiente para atender. Especificamente no caso da amônia, estranhava que estava sendo trazida de São Paulo a um preço absurdo pelo frete.

Bom, quando a gente olhou aquilo, eu estranhei, porque o que a gente tem acompanhado é exatamente o oposto. Essas empresas não estão trazendo essa matéria prima. A troco de quê?

Foi tão absurdo aquilo que eu intervi, mas, claro e evidente, não somente eu. E colocamos o seguinte: se está sendo dito que tem em quantidade, vamos colocar isso em um papel, vamos transformar isso em um documento. Aí, houve a proposta do Ministério Público de transformar isso, então, num TAC ou equivalente. Se tem, colocamos no papel e comece a fornecer já, porque as empresas estão parando e toda a cadeia de produção está sofrendo muito.

E por questões de não só da falta de matéria prima, mas também se essa matéria prima vem a preços que não sejam competitivos, essa produção já, já vai parar mesmo. Ou para, por um lado, porque não tem matéria prima ou para porque não vai ter matéria prima a preços competitivos.

E é estranho, foi colocado aqui pelo nosso deputado Eduardo Salles a questão da manutenção, em que também algo muito estranho está acontecendo. Ele já registrou esse fato.

Então, dessa sessão, de prático, o que a gente gostaria de deixar registrado é que nós vamos, realmente, atrás desse TAC. É algo pontual, é presente, mas é uma ponte para que a gente possa ter essas empresas produzindo até que uma solução definitiva possa ser encontrada. E, aí, a gente vê que as soluções estão bastante, vamos dizer assim, pelo menos alinhadas, acho que é somente a gente, a partir de agora, partir para uma ação, uma ação baiana, uma ação conjunta com o nosso estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Pelegriño): Eduardo Salles deu uma saidinha, aqui, e eu vou... Eduardo já está voltando?

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Gente, Nelson já esteve nesta Casa há muitos anos e tem toda autonomia e autoridade aqui. Fui ali rapidamente.

Queria agradecer por suas palavras, Mauro, e passar a palavra imediatamente a Roberto Fiamenghi, presidente do Sinpec. (Palmas)

O Sr. ROBERTO FIAMENGHI: Bom dia a todos.

Agradecendo pelo convite ao deputado Eduardo Salles, na pessoa de quem eu cumprimento toda a Mesa.

Acho que já se falou muito desse assunto, eu vou falar de uma maneira mais particular. O Polo Petroquímico da Bahia, hoje, representa 40% da produção da indústria química no Brasil. Quando ele foi concebido, uma das razões de atração da indústria química foi a oferta de matérias primas, particularmente a refinaria, que tinha

matéria prima para a Braskem, antiga Copene, a Copene como grande produtor, também, de matéria prima para a segunda geração, e a Fafen, muito importante, que tinha, principalmente, a amônia. Tem a ureia como produto para a agricultura e tinha a amônia, que é matéria prima para a petroquímica.

Ao longo desses 40 anos, em vez de a gente ver o Polo Petroquímico crescer e se multiplicar, a gente está vendo o Polo Petroquímico decrescer, por vários fatores, principalmente, hoje, as nossas condições de logística no Polo, que são muito precárias. No início do Polo se falava em ferrovia, que nunca aconteceu. O nosso porto, de 40 anos atrás, ficou insuficiente. As rodovias, também, que, hoje, ainda são a única forma de tirar a matéria prima produzida aqui, hoje, elas não mudaram. Nós temos aí essa ligação com o Sul e o Sudeste, a BR-116, praticamente.

Então, o Polo está decrescendo. Se nós verificarmos, há 10 anos nós tínhamos 30 indústrias petroquímicas no Polo, e nós temos 20 hoje. Perdemos recentemente 10 empresas. Agora, com a falta de matéria prima da Fafen, nós temos oito empresas que estão sendo prejudicadas, algumas em 100% de suas atividades e outras em percentuais menores. Mas são empresas desde a Braskem até a Carbonor, que está praticamente parada, hoje, por falta do gás carbônico.

Qual é a solução? Nós temos corrido de todas as formas atrás do gás natural. Para poder operar a Fafen, nós entramos nessa competição para o arrendamento, e não temos saída, não temos um gás natural com preço competitivo para a Fafen.

E só tem uma alternativa, que é uma empresa multinacional que talvez venha nos salvar, porque nós temos duas empresas nacionais competindo que esbarram no mesmo problema, que é o preço do gás natural. E a Petrobras continua inativa, não faz nada para melhorar, para fazer um preço diferente, uma política diferente para o gás natural.

Então, eu fico muito apreensivo com o que vai acontecer nos próximos dias. No dia 8 de julho serão entregues as ofertas para arrendamento e as empresas nacionais não terão as mínimas condições de concorrer. Se a empresa multinacional tiver uma oferta para a Fafen, será uma salvação. Não sei a que ponto, que preço eles vão praticar, como eles vão resolver o problema do gás natural. É possível que eles tenham soluções para o gás natural, porque no país de origem eles têm muito gás natural, mas aqui, no Brasil, infelizmente, a gente não tem.

Mas eu queria tocar num ponto muito importante. A Petrobras não cumpre as ações judiciais. Tem ação para ela voltar a operar, ela não faz.

E mais que isso: a amônia é um produto extremamente perigoso. Tem risco de morte, tem risco de doenças mutagênicas. E a única saída que nós temos hoje é trazer a amônia de 2 mil quilômetros de distância pela BR-116, que é uma estrada em que, nós sabemos, diariamente tem acidentes.

Se ocorrer o tombamento de um caminhão de amônia perto de um pequeno povoado, o que será? De quem será a responsabilidade? Hoje, será das empresas, que estão lutando pela sobrevivência, que estão comprando a amônia mais cara, pagando

um frete absurdamente caro para poder operar aqui, na Bahia, porque a Fafen continua parada.

Então, esse problema ambiental, o promotor do Ministério Público do Meio Ambiente recomendou à Fafen que retornasse, em função dos problemas ambientais, mas também ela não deu conhecimento. Então, nós estamos nesse impasse, correndo riscos ambientais, correndo risco de parada e sem saber o que fazer.

Nós estamos lutando já há 1 ano, procurando soluções. Nós encontramos, nesse período, um apoio muito forte do governo do estado, da Bahiagás, com relação aos benefícios que podem ser dados: diferimentos dos impostos, redução da taxa da Bahiagás. Quer dizer, os outros componentes estão prontos para nos ajudar, mas da Petrobras a gente não tem tido o menor apreço nem a atenção que deveria ser dada.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Roberto, importantíssimo esse seu alerta para nós olharmos a questão ambiental, que não tinha sido tocada ainda aqui, nesta sessão especial. Aprendemos mais uma.

Realmente, o transporte dessa amônia ao longo de... centenas de carretas viajando por essas estradas, sem dúvida, é mais um ponto de tamanha perplexidade em relação ao que está acontecendo.

Queria passar a palavra agora ao nosso presidente eleito da Associação Comercial da Bahia e do Lide, Mário Dantas. (Palmas)

O Sr. MÁRIO DANTAS: Bom dia a todos.

Parabenizar Eduardo pela organização desta sessão e na pessoa dele cumprimentar toda a Mesa e a todos os senhores e senhoras aqui presentes.

Quando a gente fica para falar por último, Eduardo, a gente tem o ônus de já terem falado muito, mas tem o bônus de ter aprendido com o que todos falaram. Então, fica muito claro que essa questão, o nó a ser desatado para podemos reatar essa conectividade e termos as fábricas da Fafen funcionando passa por uma questão muito simples, muito direta, muito objetiva que é a política do preço do gás da Petrobras. Essa política de preço do gás da Petrobras é um interesse que é maior do que o interesse das próprias Fafens, é um interesse do setor industrial como um todo.

Aí, eu vejo, deputado Nelson Pelegrino, que vocês têm que coordenar as bancadas de todo o país em prol da indústria, em prol do setor produtivo para pressionar o governo federal, na posição de acionista controlador da Petrobras, não abandonando o papel empresarial da Petrobras, empresa de economia mista, que tem ações no mercado, que tem ações na bolsa, mas que para que ela tenha uma política de preço de gás que possa incentivar a produção industrial. Isso é inequívoco, isso está claro e isso precisa ser tratado de forma direta.

E, aí, vem a questão da boa representação política. Não se trata de velha política, de nova política, é a boa política. E essa representação do setor legislativo, Eduardo, é

preciso que a sociedade civil, que as representações empresariais entendam que todas as casas legislativas não têm só a função única função de legislar, mas tem o papel de representar, e, assim, os representantes federais dos estados, dos setores têm que fazer esse bom papel, deputado, de defender as boas causas. E essa causa da conectividade da indústria ela é premente, até porque a indústria química tem uma conexão com todas as indústrias, com todo o setor industrial, ela tem um alcance muito maior.

Realmente, sensibiliza a situação da indústria, que tem que transportar amônia pela estrada. Como é que consegue dormir com a realidade de um acidente na estrada que pode causar morte, que pode causar doenças transgênicas?

Sensibiliza a situação. E me congratulo com a postura da empresa que assume a responsabilidade social e continua produzindo a matéria prima básica para hemodiálise mesmo se valendo de uma margem de contribuição negativa. Isso é o papel social da empresa, essa é a responsabilização, realmente, que tem que ocorrer e que a Petrobras neste momento não abraça.

Então, procurando um *approach*, uma pegada pragmática, Eduardo, acho que a gente tem que pegar a Abiquim e todas as representações empresariais das federações de indústrias... E coloco a Associação Comercial, que ainda está sob o chapéu do presidente Adary e que em breve assumiremos, à disposição para que possamos fazer esta grande discussão da política de preço de gás.

Quantas indústrias ainda precisarão ser fechadas no Brasil para que possamos ter uma política de preço de gás industrial adequada neste País? Quantas ainda precisarão ser fechadas? Espero que nenhuma mais.

Conclamo toda a bancada federal, deputado Nelson Pelegrino, para que atue nesse sentido e faça um bom papel da democracia de coalizão, fazendo o papel da convergência de interesses, independentemente de defender o monopólio, a privatização, a defesa de que a produção industrial no Brasil possa ser defendida.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Agradecer a Mário, que está estreando aqui como presidente eleito. É o primeiro momento em que ele fala como presidente eleito da Associação Comercial da Bahia. Ele já está aquecendo as turbinas.

Queria passar a palavra agora para Vladson Menezes, que vai falar aqui representando o presidente Alban, da FIEB, neste momento. (Palmas)

O Sr. VLADSON MENEZES: Bom dia a todos.

Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar o nosso deputado Eduardo Salles por essa iniciativa e por trazer também não só os representantes do estado da Bahia, mas também os representantes da Assembleia e do governo de Sergipe.

Quero cumprimentar todos os membros da Mesa através do deputado federal Nelson Pelegrino e do secretário de Desenvolvimento Econômico de Sergipe, Zé Augusto, que conosco... com Paulo Guimarães, com outros representantes empresariais

da Bahia e de Sergipe, tentamos dissuadir a Petrobras, através de um grupo de trabalho, de encerrar as atividades da Fafen e mostrar a relevância dessa empresa não só para o Polo Petroquímico, mas para a produção de ureia, para o desenvolvimento dos dois estados em particular, mas também da economia brasileira pelas interrelações que ela vem desenvolvendo.

Para vocês terem uma ideia, e fechando na Bahia, nós sabemos que nos últimos anos a indústria baiana, se a gente pegar 2013 e trazer até o final de 2018, ela caiu 13%. Nesses primeiros 4 meses do ano, números fechados recentemente, a indústria baiana caiu 3,3%.

Se eu olhar só a petroquímica, nesses últimos 4 meses, a queda foi o dobro. Não se pode ignorar que a Fafen, num caso específico da indústria petroquímica e química tem a ver com isso, ela está caindo muito mais do que a indústria como um todo num movimento que já veio do ano passado.

Então, é preciso considerar essa realidade, que é uma realidade extremamente negativa e mostrar não apenas para a Petrobras, mas para aqueles que conduzem a política econômica, em particular a política produtiva do nosso país, que a gente não pode conviver com essa realidade por muito mais tempo.

Nesse sentido, a FIEB vem apoiar, reforçar as demais falas aqui. Não é o caso de retomar tudo o que foi falado, mas esse alerta de Roberto Fiamenghi sobre a possibilidade de ficando sem a matéria prima, ficando sem a amônia, ter que trazê-la de caminhão com todos os riscos que isso ocorre, ou a posição da Carbonor, já colocada aqui anteriormente... Eu ainda não tinha chegado, mas eu sei exatamente o que foi colocado porque me foi passado enquanto eu conversava com outros colegas ali.

Nos preocupa! A FIEB entende que a Petrobras deve cumprir a decisão judicial e deve concluir esse processo de arrendamento. Esperamos, efetivamente, que esse processo gere um bom resultado. Por quê? Porque nós temos o gás natural do pré-sal e nós temos o gás natural de Sergipe, que vai chegar aí nos próximos anos, as reservas que foram recentemente anunciadas.

Nós temos todas as condições para se implementar no país, aliás como já previsto no programa “Gás para crescer”, uma política de redução dos preços do gás natural. Isso tornará essa empresa Fafen, e suas plantas de Sergipe e da Bahia, uma empresa que terá condições de competitividade, portanto, condições de fornecer esse produto a custos razoáveis, não só para a manutenção do Polo Petroquímico, e falando, de novo, especificamente, da Bahia, mas até para a retomada de novos investimentos.

Então, não é possível que diante de uma realidade que se configura positiva uma decisão empresarial venha de encontro as essas possibilidades de desenvolvimento. Basicamente, a mensagem da FIEB é de apoio às demais instituições que falaram aqui, o Sindicato da Indústria Petroquímica, o Cofic, as empresas petroquímicas aqui representadas.

E gostaria de finalizar, aqui, deixando a mensagem do presidente Ricardo Alban de que a FIEB estará junto aos interesses do Estado da Bahia como sempre esteve, apoiando os demais segmentos, apoiando segmentos representados, e trabalhando junto

com o governo do estado e nossa representação política no sentido de viabilizar uma solução para esse processo.

Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Obrigado, Vladson.

Queria passar a palavra agora, imediatamente, ao nosso, e agradecendo já pela presença, vice-presidente da Fecomércio, Kelsor Fernandes, que neste ato representa a Carlos Andrade, nosso presidente. Agradecer demais pela presença à Federação, também mostrando a importância de estar junto nesse momento, Kelsor, você que em todos os momentos...

Eu tive a oportunidade de ser presidente da Frente Parlamentar da Micro, Pequena e Média Empresas, Kelsor era o representante da Fecomércio. Agora, foi criada, a meu pedido, a Frente Parlamentar do Setor Produtivo - Agropecuária, Indústria, Comércio e Serviço, na qual nós vamos debater todos esses temas. Sem dúvida, vamos ter Kelsor lá, junto conosco, nesse embate pela manutenção e a geração de emprego em todos os setores.

Obrigado, com a palavra Kelsor Fernandes...

(...) **Sr. KELSOR FERNANDES:** Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao deputado Eduardo Salles pelo convite.

Bem, quero dizer o seguinte: estamos falando aqui da indústria, mas também estamos falando diretamente do comércio. Uma posição dessa impacta diretamente no comércio. Estamos falando de 8 mil desempregados, o que impacta diretamente dentro das famílias, mas calculem os impactos indiretos.

A Fecomércio, deputado, se engaja na sua luta. Sabemos da sua batalha, você é um deputado que atua sempre nessas causas. Podem contar conosco no que for necessário para que consigamos reverter esta situação, e assim os estados da Bahia e de Sergipe não fiquem prejudicados. Falou-se aqui das misturadoras de Sergipe, e isso impacta diretamente no comércio. Se não vier uma solução, se não se chegar a um bom termo, essas misturadoras tendem a desaparecer completamente, porque não terá mais sentido essas empresas existirem.

Vamos estar juntos, vamos nos unir cada vez mais, já que Bahia e Sergipe são estados irmãos. Acredito que o nosso deputado Laércio, que conheço de perto, vai estar engajado nessa luta ao lado do presidente da Fecomércio de lá.

É isso aí. Muito obrigado a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Muito obrigado, Kelsor. A sua presença aqui é emblemática para botar a digital da Fecomércio neste momento.

Eu queria agora, já finalizando esta sessão, passar a palavra ao nosso superintendente e representante do secretário de Desenvolvimento Econômico e do governo do estado da Bahia, o amigo Paulo Guimarães. É também funcionário da Fafen. (Palmas)

O Sr. Paulo Guimarães: Ex.

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Ex-funcionário da Fafen.

O Sr. PAULO GUIMARÃES: Bom dia a todos.

Ao cumprimentar e agradecer ao deputado Eduardo Salles pelo convite, quero parabenizá-lo por esta iniciativa. Acho que esta Casa precisa realmente se envolver nisso, até porque já poderíamos estar aqui discutindo não mais a Fafen, que poderia já estar fechada. Mas estamos discutindo o arrendamento da Fafen, uma solução sub-ótima, mas melhor do que simplesmente deixar que fosse fechada.

Não temos ideia do quanto teria sido prejudicial o fechamento das Fafens da Bahia e de Sergipe. Estamos fazendo análises, mas sabemos que dentro do Polo de Camaçari, especificamente, o efeito dominó ia levar todo mundo a sofrer. Até a Braskem também seria atingida, porque ia afetar os seus clientes diretos.

Mas só chegamos aqui por causa do esforço conjunto. Acho que esse esforço, envolvendo os governos da Bahia e de Sergipe, das bancadas parlamentares, tem de continuar. E devemos destacar que desde o primeiro momento todos se uniram com o setor produtivo, inclusive o Sindipetro, as empresas, a Abiquim.

Para vocês terem uma ideia de como isso aconteceu, a Petrobras não teve sequer a dignidade de se reunir com os dois governadores para avisar que isso ia acontecer. O aviso aconteceu pelo telefone: “Ponto, vou fechar, acabou”. Não havia discussão naquele momento.

Eu me lembro de que isso foi no dia 19; no dia 20 eu soube da notícia e liguei para o Fernando Figueiredo, diretor-presidente da Abiquim, que não sabia ainda. Nem ele nem Marina sabiam disso. Foi justamente a junção das bancadas parlamentares e dos governos com a Abiquim que conseguiu reverter; eles foram ao Congresso e praticamente obrigaram a Petrobras a aceder a uma postergação para 31 de outubro.

Mas fez isso dizendo coisas que beiram a leviandade: “Ah, o Brasil já importa 85% mesmo do fertilizante nitrogenado que consome; 15% a mais, 15% a menos, não faz diferença, não!”

Não é à toa que o Brasil, sendo o quarto maior produtor de grãos do mundo, com tudo para passar para uma posição à frente, é o único dos quatro primeiros – Brasil, Estados Unidos, China e Índia – que não produz, pelo menos, 50% de seus fertilizantes nitrogenados. Isso não é por acaso. É uma questão estratégica, é uma questão geopolítica!

O Brasil não briga com ninguém. No dia em que brigar com alguém, basta dizer: “Não lhe dou fertilizante. Não autorizo minhas empresas a lhe venderem fertilizante”. A mesma coisa em relação às refinarias. Não é que a Petrobras precise ser dona de todas as refinarias, de todo o parque de refino nacional, mas a sua decisão de

simplesmente se transformar numa produtora de gás e petróleo, principalmente petróleo, é, no mínimo, lesa-pátria.

A Petrobras não é uma empresa privada. A Petrobras é uma empresa estatal, é um vetor de desenvolvimento. Toda a indústria química brasileira cresceu e floresceu com a participação da Petrobras. Adary, que fez um histórico aqui do Polo de Camaçari, não disse que esse Polo foi criado num modelo tripartite: um terço Petrobras; um terço capital nacional; um terço capital estrangeiro.

O que estamos vivendo hoje é simplesmente a política econômica que Collor tentou implantar, que é uma política de destruição da indústria nacional. Quando Marina fala que são US\$ 30 bilhões de déficit da balança comercial química, está falando apenas dos químicos básicos. Os produtos que a gente importa acabados, que têm origem química – tecidos, produtos plásticos, etc. –, não estão nessa conta. Não estão nessa conta! A coisa é muito mais grave do que a gente possa imaginar. É toda a indústria nacional sendo destruída.

Temer assumiu o governo em 2016, quando se implantou no Brasil, no meu ponto de vista, uma única política econômica: geração de emprego no exterior. É o que estamos fazendo. Nós estamos exportando grãos, exportando petróleo, e assim a nossa indústria de transformação vai destruindo-se aos poucos. Tudo importado é mais barato. Agora, por exemplo, houve uma discussão entre o governo da Bahia e o Mercosul, tirando não sei quantos produtos da lista de proteção. Nós estamos novamente ameaçados com o fim das barreiras de proteção – aumento de alíquotas de importação – que existiam para que as empresas não colocassem produtos mais baratos aqui. Isso tudo pode ser perdido novamente.

Essa decisão da Petrobras não é econômica. Ela não se sustenta economicamente. Ela é estritamente política. No mundo inteiro – o deputado Nelson Pelegriño chamou a atenção disso – as empresas detentoras da matéria-prima são as mais bem posicionadas para agregar valor. São elas que produzem petróleo, produzem gás e produzem os produtos derivados de petróleo e gás.

Essa discussão do gás natural já aconteceu em 2015, em relação à Braskem e ao fornecimento de nafta, porque a Petrobras diz que não tem interesse em fornecer esses produtos. Por que naquela época? Porque nafta pode ser usada tanto na petroquímica, que é o seu uso mais nobre, quanto para a produção de gasolina. Para a Petrobras, naquele momento, era mais interessante jogar nafta no *pool* de gasolina.

Portanto, não é dizer que a Petrobras está vendendo gás pelo preço justo; ela está vendendo gás pelo preço de oportunidade. Só que esse preço de oportunidade é distorcido. O nosso setor elétrico aceita um preço de gás natural absurdamente alto. Por que aceita? Porque pagamos por essa energia elétrica. O nosso programa de termoeletricas faz com que tenhamos empresas ganhando rios de dinheiro produzindo energia elétrica com esse gás natural. Aí nós temos bandeira amarela, bandeira vermelha. Enfim, está tudo indo na nossa conta. E na conta da indústria, que também paga essa energia cara.

E tem mais uma coisa: como posso justificar, economicamente, trazer gás do outro lado do mundo – onde houve um processo industrial para liquefazer e outro para regaseificar – que chega muito mais barato do que o gás produzido aqui. Expliquem isso. Não dá para explicar.

Além do mais, o nosso gás tem preço marginal. O nosso gás é gás associado. Para quem não conhece, o gás associado é o que vem, necessariamente, junto com o petróleo num reservatório de petróleo e gás. Não tem jeito. Nas décadas de 50, 60 e 70 o gás era o patinho feio, ninguém sabia o que fazer com ele. Não queriam o gás para nada; só queriam o petróleo. Aí o gás era reinjetado.

Existem reservatórios e mais reservatórios aqui na Bahia cheios de gás! Por quê? Porque não tinham onde botar esse gás. E tem uma coisa: o preço do gás, necessariamente, vai cair. Por quê? Primeiro, porque tem empresas independentes aqui na região do Recôncavo produzindo gás, a partir do ano que vem, a um preço muito mais baixo do que o da Petrobras. Por que será?

Segundo, no pré-sal tem gás que não há mais onde botar. Hoje existem as legislações que impedem que se reinjete ou se queime o gás! Então é preciso dar um jeito. Esse gás vai ter de ser direcionado para alguma coisa.

Como é que a Petrobras conseguia, até 2015 “vender”, entre aspas, o gás à Fafen por menos de US\$ 5 o milhão de BTU, e hoje quer vender por 12? A inflação em dólar, que eu saiba, não é alta. Onde existe isso? Não existe em absolutamente lugar nenhum. Ela, simplesmente, quer inviabilizar a fábrica, porque disse que não quer agregar valor. Assim como agora não quer mais fazer refino.

A incongruência é tanta, que a Petrobras briga há mais de 20 anos com os governos da Bahia, ou melhor, com as empresas de gás da Bahia e de Sergipe, Bahiagás e Sergás, porque essas empresas resolveram cobrar pelo fato de o gás que a Petrobras transfere do seu campo de produção para as Fafens passar pelo *fitting gate*, que é o ponto em que as distribuidoras cobram a tarifa de uso da infraestrutura de distribuição.

Por que a Petrobras obriga? Porque ela diz que aquele gasoduto não era de transporte, era de transferência. Quem transfere, transfere gás de si para si mesmo. E como ela cobra de si mesmo um preço exorbitante do gás? Isso não faz sentido. Simplesmente não faz sentido.

Não sei se foi Vladson ou se foi o deputado que comentou que se não utilizarmos o gás natural como alavanca de crescimento da indústria nacional, ela vai sumir, vai desaparecer. Porque, hoje, o gás natural é a matéria-prima economicamente mais interessante para produzir produtos químicos de grande volume. A nafta vai continuar sendo interessante para uma fatia da produção de produtos petroquímicos. É o que podemos comparar, por exemplo, no varejo, entre um supermercado e uma boutique. A nafta é a boutique; o gás natural é o supermercado.

Fiamenghi, que está aqui, já comentou várias vezes: “Temos vários projetos de indústrias baianas e brasileiras que não saem do papel porque não têm gás natural a um preço razoável”.

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de biodiesel, e uma das matérias-primas essenciais para a produção do biodiesel é o metanol. O Brasil era autossuficiente no metanol necessário para o biodiesel. Sabe quanto se produz de metanol no Brasil, hoje? Zero. Uma fábrica no Rio de Janeiro foi fechada porque era inviável. Sabe onde essa fábrica está hoje? Nos Estados Unidos. Está lá porque é “inviável”.

A Copenor lutou bravamente para conseguir se manter em operação. Há uns 2 anos ela fechou. Eles me disseram: “Paulo, economicamente é mais interessante para mim importar metanol e vender do que produzir”. E assim não produzimos mais metanol no Brasil. A Usiba está fechada. Por quê? Porque o gás natural está caro. Está tudo caro.

Quem está falando isso é alguém que trabalhou na Fafen. Mas quem entende mais disso é aquele rapaz que está naquela ponta de lá. Eduardo Barreto é a maior autoridade em gás natural que nós temos aqui na Bahia, talvez no Brasil. Ele sabe perfeitamente o que estou falando.

Portanto, não é uma questão econômica, é uma questão de falta de responsabilidade. Para verem a que ponto chega a falta de responsabilidade, vou dizer o seguinte a vocês: participamos de um grupo de trabalho com a Petrobras. Foi uma das coisas mais desagradáveis que já fiz na minha vida, porque em nenhum momento das discussões havia realmente a intenção de que as coisas avançassem para se chegar a um bom termo.

O deputado Nelson Pelegrino, na ocasião, conversou comigo e perguntou: “Como é que está?” Respondi que estava acontecendo isso e aquilo. Ele disse: “Estão enxugando gelo, não é?” Confirmei: “É, estamos enxugando gelo”.

Em relação à ureia pecuária, não é somente a questão de ela não ser encontrada em outros lugares porque, simplesmente, você não tem essas condições que o secretário falou, como a seca, etc.

A ureia pecuária tem uma característica que a diferencia da ureia fertilizante: ela não contém formaldeído, que é aditivo usado na ureia fertilizante para ela ser transportada em larga escala. Se não for assim, ela vira um bolo que só se consegue separar com britadeira. E na ureia pecuária não se pode usar formaldeído. Por quê? Porque ele é cancerígeno. Portanto, a ureia pecuária é essencial para a alimentação do gado na nossa região, mas a ureia fertilizante não pode ser usada.

Quando comentamos isso, o que veio lá do outro lado? “Ah!, mas já se usa ureia fertilizante cladestinamente para alimentar o gado”. Eu disse: “Ah!, e nós vamos aceitar isso candidamente? É assim?”

Para vocês terem ideia de que isso não é uma coisa recente, essas duas fábricas – que hoje estão sendo arrendadas, mas iam ser fechadas – são do fim da década de 70, começo de 80. A Fafen-Bahia é composta de dois trens: um do Copeb I, que iniciou em 71 e não operava há algum tempo por questão de tecnologia; e o do Copeb II, que veio em 78. E a Fafen-Sergipe veio em 82. Essas são as duas últimas fábricas de fertilizantes construídas no Brasil.

No fim da década de 80, começo da década de 90, quando a gente tinha uma agricultura que ainda estava começando a crescer, sobrava ureia; a gente não tinha onde armazená-la. Em Camaçari, em Santos, em todos os portos que você possa imaginar tinha ureia armazenada; eram galpões de 30 mil toneladas com ureia até o talo. Hoje não tem ureia para quem quer.

No entanto, sabe quantas novas plantas foram construídas nestes últimos 37 anos? Nenhuma. Justamente quando a nossa agricultura mais precisava de crescimento de produção de fertilizantes, não construímos planta alguma. Por quê? Porque lá na década de 90 começou esse processo. A Fafen só não foi privatizada naquela época porque a bancada parlamentar não deixou. Mas era para ser vendida naquela época, quando já era para se entregar absolutamente tudo.

Não é possível que no mundo inteiro seja viável – para quem detém o gás – produzir fertilizante, e no Brasil não seja. Então, não é uma questão econômica; é uma decisão política deixar nossa estratégia geopolítica na mão do resto do mundo. Enquanto formos um país cândido, que não briga com absolutamente ninguém, está tudo ótimo. Só quero lembrar a vocês que, ao contrário do século XX, que foi o século do petróleo, o século XXI não é o século do petróleo. E observem que temos as maiores reservas de petróleo encontradas nas últimas décadas.

O século XXI é o século da terra e da água. O Brasil é justamente o país que detém as maiores reservas de água doce e de terras agricultáveis do mundo. Portanto, dentro de algumas décadas seremos campo de batalha na geopolítica mundial. E no dia que nos opusermos a alguma coisa, eles vão dizer o que para a gente? “Não te forneço fertilizante, não te forneço combustível”.

A coisa é muito mais séria do que simplesmente a questão das Fafens, que é gravíssima. Se a Fafen já é grave, o resto que está por detrás é mais grave ainda. Por isso é importante que esta união, que já vem acontecendo há 1 ano e 2 meses, continue, porque o que temos de enfrentar é muito mais do que apenas o fechamento ou, agora, o arrendamento das Fafens. É garantir que a indústria brasileira não morra. Porque ela vai morrer não só por causa dessas atitudes, como também porque está havendo uma modificação mundial do ponto de vista industrial.

Por que a fábrica da Ford daqui não fechou? Fechou a de São Paulo, mas não fechou a da Bahia? Porque a da Bahia é mais eficiente. Ponto final. Mas acontece que a Ford, assim como as outras montadoras, está se reposicionando no mundo inteiro. Por quê? Porque talvez daqui a 10, 12 anos não haja mais carros a combustão. As montadoras vão ter de mudar de postura, vão ter de se reposicionar.

A indústria do mundo inteiro já vai passar por uma revolução. Imaginem o que vai acontecer conosco, que não demos o salto que deveríamos ter dado com a industrialização nas décadas de 70 e 80.

Portanto, todas essas questões que a gente vem discutindo com relação à educação, à indústria, à saúde, etc., são muito importantes e não afetam apenas a Fafen. O que estou querendo chamar a atenção de vocês é que a Fafen é apenas a ponta do iceberg. O que está por debaixo é muito maior e muito mais grave.

Por isso, peço a todos que puderem que deem algum tipo de apoio a essa briga, junto com a Frente Parlamentar da Petrobras, junto com a Frente Parlamentar da Química. Esse apoio é fundamental, porque, se não fizermos isso, vamos dizer depois: “Olha, já foi”. Como dizem alguns, a Bahia é a terra do “já foi”, do “já teve”. Vai acontecer isso. Esse é um efeito dominó que vai levar toda a economia, porque entre as quatro ou cinco maiores fontes de arrecadação do estado, estão: eletricidade, telecomunicações, refino e petroquímica. Certo?

Se o refino e a petroquímica também forem para o buraco, para onde nós vamos?

É isso. Bom dia e obrigado a todos. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Obrigado, Paulo Guimarães. Sua fala traz várias reflexões para todos nós.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eduardo Salles): Cumprimento o nosso ex-deputado Zé das Virgens.

Queria finalizar fazendo, rapidamente, o resumo de algumas coisas que aprendemos sobre a problemática e os prejuízos causados pela parada da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados, Fafen, numa manhã de trabalho, mas também de muito aprendizado.

Inicialmente, é importante colocar que vimos claramente aqui – não vou citar os nomes das pessoas que falaram durante esta manhã – a questão do Polo Petroquímico, que, em vez de ter crescido ao longo destes 40 anos, tem decrescido. E aí se falou que o Polo Petroquímico, inicialmente concebido com 30 indústrias, hoje tem 20. Dessas 20, segundo os números apresentados, 13 serão afetadas direta ou indiretamente pelo fechamento da Fafen.

E o Polo Petroquímico ainda representa, hoje, 40% da produção da indústria química do Brasil. Quando foi concebido, um fator fundamental da sua atratividade seria o fornecimento de matérias-primas. E temos de colocar claramente que essa indústria é fundamental para o tratamento das 130 mil pessoas que precisam fazer hemodiálise no Brasil. Estamos falando da saúde humana. E essas pessoas podem estar com problemas muito graves a partir do fechamento, da hibernação ou de qualquer outro nome que quiserem dar ao que vai acontecer com a Fafen, afetando também a Carbonor.

Mas temos outro problema gravíssimo em relação à agropecuária. O Brasil é o 4º maior produtor mundial de grãos, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Índia, países que produzem mais de 50% dos seus fertilizantes nitrogenados. Já o Brasil, hoje, importa 80% de todos os fertilizantes nitrogenados que utiliza. E agora, com esse problema que estamos tendo com a Fafen, pode passar a ter 100% de dependência de importação de fertilizantes nitrogenados.

Isso é um tremendo absurdo para quem se propõe a ser o celeiro na produção de alimentos do mundo. Estamos num impasse muito grande, na medida em que áreas

estratégicas, como petróleo e energia elétrica, estão sendo entregues 100%. Não somos estatizantes, não estamos, de forma alguma, falando em termos 100% da produção de fertilizantes. Mas, como o deputado Zezinho Sobral, de Sergipe, colocou claramente, queremos ter uma posição estratégica.

Queremos ter aqui um percentual significativo da produção de fertilizantes nitrogenados. No mundo globalizado em que vivemos, imaginem a possibilidade de haver uma guerra e o Brasil simplesmente parar de produzir. Como foi frisado aqui, o maior produtor de proteínas animais do mundo é Brasil; não podemos ficar totalmente à mercê de uma dependência externa.

Queria citar também a questão da ureia pecuária, que tem uma condição diferenciada no Brasil, porque não teríamos de onde comprar. A pecuária baiana, a pecuária sergipana, a pecuária nordestina, enfim, a pecuária brasileira estaria diretamente ameaçada, porque nenhum país do mundo tem interesse em produzir a nossa ureia pecuária. Então os nossos rebanhos estariam sujeitos a um momento muito difícil daqui para a frente.

Queria finalizar dizendo a vocês que um ponto importantíssimo citado aqui é a questão ambiental. E agora, com a parada para a manutenção da Fafen, temos um momento crítico, com as empresas trazendo amônia de fora. É um perigo muito grande, pois centenas de carretas estão transitando nas estradas baianas e brasileiras para fornecer amônia líquida. Estamos correndo um risco muito grande de um acidente – Deus permita que não aconteça – que contamine mananciais, prejudicando o ambiente.

Por último, temos a questão do gás natural, tema pautado durante todos os momentos aqui. Não é possível que em outros países as empresas possam comprar o gás natural a US\$ 3, e aqui a Petrobras venda a US\$ 12. Ora, minha gente, como a Petrobras quer fechar a Fafen e garantir o seu arrenda ou a sua concessão para uma empresa de fora, se ela tabela o gás natural por um preço que não permite a competitividade; se ela não permite a condução do gás através dos seus dutos?

Como falávamos, se um navio vier aportar em Sergipe ou aqui na Bahia para fornecer gás natural à Fafen ou a quem quer que seja, cobrará US\$ 4, US\$ 5, mas a gente não tem essa possibilidade porque a Petrobras não permite que esse gás natural seja transportado nos seus dutos.

Por último, quero me referir ao que disse o secretário estadual José Augusto, de Sergipe, sobre a necessidade de termos uma sintonia entre os governos dos estados da Bahia e de Sergipe. Foi citada aqui uma coisa interessante: 13% do custo desse gás são relativos ao transporte; 18% são relativos ao ICMS.

Então que possamos, juntos, os governos da Bahia e de Sergipe, mudar esse cenário, dando a nossa contribuição. Sei que é um momento difícil para os estados, a dificuldade é muito grande, mas temos a possibilidade de acabar com o desemprego desses 8 mil novos desempregados. Falávamos que, somados os funcionários e terceirizados da Fafen-Bahia e da Fafen-Sergipe, são 2 mil desempregados. E a Dr.^a Marina Mattar demonstrou que essa relação é de um para quatro, então nós teríamos 8 mil desempregados.

Ora, minha gente, num momento como este em que o Brasil passa pelo segundo de maior desemprego da sua história, com 13 milhões de desempregados no nosso país, a gente não pode pensar em ter mais 8 mil desempregados. Fora a questão dos impostos e dos impactos em toda a economia e na parte social. Nós não podemos permitir isso.

Acho que esta sessão se encerra com muito aprendizado, nos dando muitos argumentos. E aí, Zezinho, que possamos assinar uma carta da Bahia para ser enviada ao presidente do Congresso do Senado, ao presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente da República e ao presidente da Petrobras.

Essa carta terá de colocar, objetiva e claramente, o que conseguimos conceber nesta sessão especial. É um momento histórico, no qual pode estar sendo dado um grande passo, junto com o passo dado pelos deputados Nelson Pelegrino, Daniel Almeida e por tantos outros que vêm trabalhando – como bem você falou aqui, Paulo Guimarães – há mais de 1 ano. Efetivamente, temos, hoje, 45 dias de paralização, que agora eles querem perpetuar por mais 45.

Finalizo as minhas palavras dizendo que a Petrobras não é imune ao cumprimento das decisões judiciais. Temos uma decisão judicial em segundo grau, e a Petrobras não pode se omitir de cumpri-la, sob pena de cobrarmos, no Tribunal de Justiça da Bahia e nos demais tribunais de nível superior, que, efetivamente, seja cobrada uma multa diária muito alta, se ela não voltar imediatamente as operações da Fafen, cumprindo, repito, uma decisão de segundo grau da Justiça.

Não podemos permitir que a Petrobras seja imune a essas decisões. Se não atende a este Parlamento, que é uma instância, e à Câmara dos Deputados, que é outra instância, que possamos ter, então, uma instância independente, o Tribunal de Justiça, que faça o Executivo cumprir essa decisão judicial em segunda instância, sob pena de pagar uma multa.

Ela tem de parar de prejudicar a geração de empregos no Nordeste brasileiro. Tem de parar de prejudicar uma área estratégica para os fertilizantes e para a saúde de 130 mil pessoas que dependem, hoje, desse produto, o bicarbonato de sódio. Essas pessoas terão suas vidas colocadas em risco por causa da Petrobras. Isso a gente tem que colocar claramente para que, efetivamente, as pessoas entendam e cobrem da Justiça uma ação imediata que puna a Petrobras e a faça retomar imediatamente suas ações na Fafen-Sergipe e na Fafen-Bahia.

Muito obrigado a todos vocês que participaram desta discussão. (Palmas)

Declaro encerrada esta sessão especial, convocada com o objetivo de discutir a problemática e prejuízos causados pela paralisação da Fafen.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.